ARTIGOS E REFLEXÕES PUBLICADOS

NO PORTAL ÚNICO

MICHELE LINS ARACATY E SILVA
(ORGANIZADORA)

VOL 2

Atena Editora
Ano 2024

ARTIGOS E REFLEXÕES PUBLICADOS

NO PORTAL ÚNICO

MICHELE LINS ARACATY E SILVA
(ORGANIZADORA)

VOL 2

Atena
Editora
Ano 2024

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

Artigos e reflexões publicados no Portal Único, Vol. II

Diagramação: Ellen Andressa Kubisty
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Michele Lins Aracaty e Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A791 Artigos e reflexões publicados no Portal Único, Vol. II / Organizadora Michele Lins Aracaty e Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2024.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-2087-3
DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.873242201

1. Desenvolvimento econômico regional - Amazônia. I. Silva, Michele Lins Aracaty e (Organizadora). II. Título.

CDD 333.335709811

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

Este e-book intitulado: **Artigos e Reflexões Publicados no Portal Único, Vol. II**, assim como o volume anterior tem o propósito de reunir cinquenta artigos e reflexões ora publicados no Portal Único.

No volume I, publicamos os vinte e seis primeiros textos que iniciaram a parceria com o Único, sendo: As Potencialidades da Economia de Baixo Carbono, A Economia Prateada (50+): Um Mercado de Oportunidades, A Geração de Emprego e Renda na Base da Pirâmide BOP, Amazônia e o Desafio da Economia Verde, A Importância do Descarte Correto de Resíduos: Lixo Eletrônico, O Impacto da Inflação por Faixa de Renda, Economia da Felicidade e a FIB, Infraestrutura é Essencial para o Desenvolvimento da Amazônia, A Educação Financeira para os Jovens, Floresta Rica, População Pobre, Economia da Bicicleta do Brasil, Organizações Híbridas ou Setor 2.5, A Economia Compartilhada é Sustentável? Economia Solidária, Pegada Ecológica, Bancos Comunitários e Moeda Social, A Importância da Economia da Saúde, Finanças Verdes, Economia Criativa, Mineração Sustentável, Educação e Crescimento Econômico, Educação e Exclusão Digital, Empreendedorismo Sustentável na Amazônia, Cidades Sustentáveis, Economia Digital e Crédito de Carbono.

Acerca do volume I, foi lançado no 61° Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), na Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ/ USP) na cidade de Piracicaba- SP entre os dias 23 a 27 de julho de 2023. Posteriormente, recebeu convite para ser relançado no 4° Simpósio SOBER NORTE: Desafios Socioeconômicos e Ambientais da Amazônia, organizado pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), na Universidade Federal do Tocantins entre os dias 22 a 24 de novembro de 2023.

Neste volume II, temos os seguintes textos: Fundo Amazônia, Consumo Consciente, Opep das Florestas ou Cartel do Bem, Timeline à Cop27, Economia Social, A Nova Economia do Plástico, Resiliência Financeira, Reciclagem do Plástico, Qualificação Empreendedora, Cidade Inteligente, Sustentável e Resiliente, Educação Financeira nas Escolas, Inflação dos Alimentos e a Insegurança Alimentar, Desafios do Custo Amazônico, A Importância das Hidrovias para o Desenvolvimento da Amazônia, O Hidrogênio Verde é o Combustível do Futuro?, Real Digital ou “*Govcoin*”, A Importância da Mulher na Economia, Retrato da Desigualdade de Gênero na Amazônia Legal, *Economia Regenerativa, Inovação Social, Silver Economy* ou Economia da Longevidade, Turismo de Base Comunitária, A Tecnologia, A Economia e o Desenvolvimento, *O ESG e o Futuro da Amazônia,* Adam Smith e a Importância da Educação para a Economia.

Dando continuidade a este volume, temos: A Economia da Moda, A Economia da Pesca, Desenvolvimento Endógeno, Logística Reversa, Amor em Tempos de Austeridade Econômica, O Potencial Econômico das Festas Juninas, A Riqueza que vem da Floresta, Economia Comportamental, Uma Amazônia de Oportunidades, A Cop30 e a Economia Verde, Economia Solidária, Parques Eco-Industriais e a Economia Circular, Pará é Vitrine de Desafios e Problemas, Declaração de Belém: Compromisso em prol da Amazônia, Índice Do Desenvolvimento Sustentável das Cidades, BRICS +, Tecnologias Sociais em prol do Desenvolvimento Local Endógeno, Objetivos para um Mundo Melhor, "A Humanidade Abriu as Portas do Inferno" Com A Crise Climática, Economia das Mudanças Climáticas, A Seca e a Economia, Impactos do Calor sobre a Economia, Uma Visão Econômica Sobre a Perda da Biodiversidade, Consumo Sustentável e Consciente e Por uma Economia da Floresta em Pé.

A principal motivação para a organização dos dois volumes é a possibilidade de compartilhar conhecimento agregado sobre temas variados na área de economia e desenvolvimento regional com foco na Amazônia.

Julgamos que os trabalhos aqui publicados possam contribuir para o seu crescimento acadêmico e profissional dos interessados, ficamos abertos às sugestões e observações que nos forem destinadas.

"A riqueza de uma nação se mede pela riqueza do povo e não pela riqueza dos príncipes".
Adam Smith (1723-1790).

SUMÁRIO

SUMÁRIO

FUNDO AMAZÔNIA

O Fundo Amazônia constitui uma experiência de cooperação internacional que tem por objetivo a preservação de riquezas naturais de elevado grau de relevância assim como o ecossistema amazônico.

A proposta surgiu a partir da participação do governo brasileiro na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26) que ocorreu entre 6 e 17 de novembro de 2006 em Nairóbi, no Quênia.

A sugestão foi um de projeto que possibilitaria a contribuição voluntária de países em desenvolvimento para a redução de emissões de gases de efeito estufa resultantes do desmatamento e da degradação das florestas (REDD).

A proposta foi colocada em prática em agosto de 2008, por meio do Decreto n° 6.527, cujo objetivo principal é a captação de recursos financeiros para projetos e ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento bem como a promoção da conservação e uso sustentável no bioma amazônico.

O decreto também prevê a possibilidade de utilização de até 20% dos recursos do Fundo no desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros ou em outros países tropicais.

A captação dos recursos doados ao Fundo Amazônia será realizada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que também atuará como seu gestor.

Os projetos submetidos ao Fundo Amazônia terão caráter não reembolsável, ou seja, sem devolução dos recursos e sem fins lucrativos, devendo observar as seguintes áreas temáticas: I. gestão de florestas públicas e áreas protegidas; II. controle, monitoramento e fiscalização ambiental; III. manejo florestal sustentável; IV. Zoneamento Ecológico e Econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária; V. conservação e uso sustentável da biodiversidade; e VI. recuperação de áreas desmatadas.

O Fundo Amazônia é um mecanismo imprescindível para frear o desmatamento e para promover a conservação e uso sustentável dos recursos da Amazônia. Além disso, possibilita implementar ações voltadas para a prática da Economia Verde e dos Empregos Verdes, uma vez que contribui para a geração de emprego e renda com preservação ambiental.

O funcionamento do Fundo Amazônia garante o emprego e o aumento da renda de forma sustentável para as inúmeras famílias que vivem em condição de pobreza ou pobreza extrema, uma vez que apoia através de aporte financeiro, projetos que agregam renda para as famílias que vivem de atividades ligadas direta e indiretamente ao campo.

Possibilita ainda, que empresas de pequeno e médio porte possam ampliar a produção e comercialização de produtos, em especial, produtos da floresta, como: o açaí, a mandioca, o cacau, a castanha, a borracha, atividades ligadas ao artesanato e promove o

fomento de atividades relacionadas à pesca, ao turismo sustentável ou de base comunitária.

Em relação aos aspectos econômicos, temos que: aproximadamente 142 mil pessoas já foram beneficiadas, gerando o equivalente a R$ 122 milhões em receitas sem contar o impacto social e ambiental que são imensuráveis, pois os projetos contribuem para a melhoria de vida da população local, bem como para a redução do desmatamento (FUNDO AMAZÔNIA).

Além disso, os projetos beneficiados pelo Fundo Amazônia garantem a equidade de gênero no campo e nas comunidades contribuindo para uma mudança significativa no aspecto social e econômico.

Por fim, levantamos a discussão de que só temos uma forma viável para reduzir o desmatamento na Amazônia, que é o desenvolvimento de atividades sustentáveis mais viáveis economicamente que a prática ilegal. Isso possibilitaria que a população que vive do desmatamento migre para uma outra atividade em busca de maiores retornos financeiros.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento Regional, Docente do Departamento de Economia da UFAM, ex-vice-presidente do CORECON-AM.

Publicado em: 04.11.22. Disponível em: Fundo Amazônia - Portal Único (portalunico.com)

CONSUMO CONSCIENTE

O consumo consciente é fruto de um consumo sustentável e é colocado em prática quando o consumidor adquire o produto ou o serviço e reflete acerca do impacto da sua escolha para a sociedade, para o meio ambiente bem como para as suas finanças pessoais.

O consumo consciente é o ato de consumir com menor impacto, consumir de uma forma diferente, sem excesso e evitar desperdícios para que haja o suficiente para suprir a demanda dos demais indivíduos.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, consumo consciente é aquele que leva em conta, ao escolher os produtos ou serviços: o meio ambiente, a saúde humana e a animal, relações justas de trabalho, além de questões como preços e marcas.

A prática do consumo consciente realizada pelo “consumidor consciente” está embasada em seis pilares ou perguntas imprescindíveis que devem ser respondidas pelo consumidor no ato do consumo: por que comprar? o que comprar? como comprar? de quem comprar? como usar e como descartar? (Instituto Akatu).

O consumidor consciente é um indivíduo que decide e entende que o ato de consumir um produto ou serviço faz parte de um contexto que envolve uma cadeia que tem o início na origem e com a matéria-prima, passando pela produção, seguindo pelo uso e finalizando com o descarte correto.

Temos algumas dicas do Instituto Akatu para se tornar um consumidor consciente: I – Planeje suas compras; II – avalie os impactos do seu consumo; III – consuma apenas o necessário; IV – Reutilize produtos e embalagens; V – separe o seu lixo; VI – Use crédito conscientemente; VII – conheça e valorize as práticas de responsabilidade social das empresas; VIII – não compre produtos piratas ou contrabandeados; IX – contribua para a melhoria de produtos e serviços; X – divulgue o consumo consciente; XI – cobre dos políticos; e XII – reflita sobre os seus valores.

Quais as vantagens ou ganhos de se tornar um consumidor consciente? adquirir um orçamento saudável; diminuir gastos por impulso; evitar o acúmulo de produtos desnecessários em casa; menor impacto negativo socioambiental; apoiar empresas a serem mais responsáveis e saudáveis; participar de uma corrente na formação de produtos e serviços sustentáveis; apoiar a economia sustentável; diminuir a quantidade de lixo no planeta; aprender a reutilizar produtos e colaborar para frear o aquecimento global.

Por fim, vale ressaltar que a prática de consumo consciente acarreta ganhos individuais pois oportuniza o exercício da cidadania e de fazer a diferença na sociedade em que se vive, possibilitando que o consumidor seja exemplo de boas práticas para outras pessoas e capaz de influenciar quem está ao seu redor “o consumidor consciente é um indivíduo empoderado”.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento Regional, Docente do Departamento de Economia da UFAM, ex-vice-presidente do CORECON-AM.

Publicado em: 12.11.22. Disponível em: Consumo Consciente - Portal Único (portalunico.com)

OPEP DAS FLORESTAS OU CARTEL DO BEM

Em 2021, em Glasgow, na Escócia, durante a COP26, tivemos as primeiras negociações que culminaram com a iniciativa de criação do Forest Power on Climate Action (Poder da Floresta na Ação pelo Clima).

Brasil, República Democrática do Congo e Indonésia, as nações que concentram 52% do total de florestas tropicais do mundo, pretendem juntar forças em busca de medidas que possibilitem a preservação da cobertura florestal.

O apelido OPEP das Florestas, dado o potencial de compensação das emissões de gases do efeito estufa, é uma referência à OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo.

A união dos três países também recebeu o apelido de “cartel do bem” e, através da assinatura do acordo trilateral, têm a missão de colocar em prática propostas voltadas para o mercado de carbono, reduzir o desmatamento e garantir a preservação da cobertura florestal (manter a floresta em pé).

Sabemos que as florestas tropicais são primordiais para evitar a catástrofe ambiental e ao longo da COP27 a responsabilidade acerca das discussões relacionadas à preservação das florestas ficará sob a responsabilidade deste “cartel do bem”, que nortearão as negociações referentes ao clima e diversidade com foco em finanças, gestão sustentável e restauração.

Esta recém-criada aliança defende a necessidade de um audacioso mecanismo de pagamento baseado em resultados para reduzir o desmatamento e fomentar a preservação da floresta, deve ser uma das agendas prioritárias da Conferência e objeto de ação climática.

As três nações levarão para os encontros já agendados na COP27 a proposta de criação e fortalecimento de fundos globais semelhantes ao Fundo Amazônia, com foco no combate ao desmatamento ilegal e predatório com foco na floresta em pé.

As negociações já estão avançadas visto que na COP26, que ocorreu em 2021, 140 líderes mundiais se comprometeram a juntar forças para reverter e conter o desmatamento bem como incentivar grupos de trabalhos de produtores e consumidores de *commodities* de forma a orientá-los quanto as suas práticas de gestão e negócios.

Vale ressaltar que os três países que formam a OPEP das Florestas estão entre os cinco que mais foram impactados com perdas de florestas primárias em 2021, juntos perderam aproximadamente 11,1 milhões de hectares de cobertura vegetal.

A aliança defenderá que sejam efetivados mecanismos de pagamento de recursos financeiros para países, estados e empresas que apresentem resultados positivos de redução do desmatamento e preservação da floresta.

Este ousado e interessante acordo de cooperação ambiental prevê ainda o incentivo a bioeconomia sustentável e a criação de projetos de recuperação de áreas degradadas. Além disso, também aborda a proposta de um mecanismo de financiamento com agregação

de valor à conservação, recuperação e gestão sustentável das florestas com apoio e parceira do setor privado, dos povos indígenas e das comunidades locais.

Com foco neste novo mercado, o estado do Amazonas lançou o Programa Carbono +, abrindo oficialmente o seu mercado para o mundo com a perspectiva de captar o valor de aproximadamente U$S 2,4 bilhões (809,6 milhões de toneladas de carbono equivalente (tCO2e) disponíveis).

O mercado de crédito de carbono amazonense foi regulamentado pelo Decreto Estadual n.º 46.596/2022, destinando 80% do total de carbono para transações em áreas públicas – Unidades de Conservação (UC) e 20% para áreas privadas.

Esperamos que a COP27 traga boas perspectivas para o promissor mercado de carbono do Amazonas, já que temos um percentual elevado de floresta preservada e áreas preservadas asseguradas pelas Unidades de Conservação.

Acordos, propostas e alianças sempre fizeram parte das Conferências, mas devem ser colocados em prática para que possam ter resultados em prol da preservação ambiental bem como dos mais vulneráveis.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento Regional, Docente do Departamento de Economia da UFAM, ex-vice-presidente do CORECON-AM.

Publicado em: 18.11.22. Disponível em: OPEP das Florestas ou Cartel do Bem - Portal Único (portalunico.com)

TRAJETÓRIA E IMPORTÂNCIA DAS COP's

Tudo começou em 1992, na Conferência das Nações sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ocorreu no Rio de Janeiro (Eco-92). A Eco-92 deu início aos desdobramentos científicos, políticos, diplomáticos e ambientais, além de ceder espaço para debates e contribuições para o chamado “modelo de desenvolvimento ambientalmente responsável” e foi onde surgiram os primeiros movimentos para as COP’s.

A Conferência das Partes (COP – Conference of the Parties), constitui num órgão supremo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. É uma associação de todos os países membros (ou “Partes”) signatários da Convenção, que, após sua ratificação em 1994, passaram a se reunir anualmente a partir de 1995, com o objetivo de avaliar a situação das mudanças climáticas no planeta e propor mecanismos a fim de garantir a efetividade da Convenção.

A primeira edição da COP (COP1), ocorreu em 1995 em Berlim, na Alemanha. O foco principal desta conferência foi o consenso dos países em implementar ações mais enérgicas quanto à mitigação do efeito estufa. Além disso, tivemos a implementação do “princípio da igualdade entre os países” ou “princípio da responsabilidade comum”.

A segunda conferência realizou-se em Genebra, Suíça, em 1996 e nela, os países participantes decidiram pela criação de obrigações legais de metas de redução de emissões de gases de efeito estufa.

Posteriormente, na COP3, ocorreu em 1997 em Quioto, no Japão, que culminou com o Protocolo de Quioto, considerado um dos marcos mais importantes desde a Convenção no Combate à Mudança Climática. De uma forma geral, o Protocolo estabeleceu metas com o objetivo de reduzir as emissões de gases de efeito estufa até 2012. Dada a relevância do Protocolo de Quioto, as conferências posteriores foram importantes para firmar os compromissos nele apresentados, fixar prazos, revisar metas, incluir propostas e possibilitar acordos e debates para se chegar a um consenso entre os participantes.

Outra Conferência que destacamos é a COP13, em 2007, em Bali, na Indonésia. Ao longo deste encontro não se fixou metas de redução de gases de efeito estufa, mas se estabeleceu um cenário propício às negociações a serem levadas à COP 15. Foi também neste evento, que os países que ficaram de fora do Protocolo de Quioto firmaram o “Mapa do Caminho”, com metas voluntárias que tinham o objetivo de colaborar com a redução de emissões de carbono, também incluíram a preocupação com as florestas no texto final.

A COP14, aconteceu em Poznan, na Polônia, em 2008, com espaço para a discussão de um possível acordo climático global, uma vez que na reunião anterior foi estabelecido que um novo acordo deveria substituir o Protocolo de Quioto, o que não ocorreu. A conferência, por sua vez, teve como destaque a participação do vice-presidente americano Al Gore.

A COP15, ocorreu em 2009, em Copenhague, na Dinamarca. Na oportunidade, consolidou-se o tema climático nas agendas públicas, corporativas e da sociedade civil. O

acordo de Copenhague reconheceu que promover reduções de emissões resultantes de desmatamento e degradação florestal (Redd) era fundamental para mitigar os efeitos das mudanças climáticas. Um dos poucos avanços foi o acordo de limitar ao máximo de 2°C a temperatura média global, em relação aos níveis pré-industriais. Além disso, os países industrializados decidiram colaborar com um auxílio financeiro anual (a partir de 2020), em benefício dos países mais vulneráveis como contribuição para que estes pudessem mitigar os efeitos das alterações climáticas.

Outro marco nesta *timeline* de conferências é a COP21, que ocorreu em 2015, em Paris. Tendo como documento final, o tratado global conhecido como "Acordo de Paris", que rege medidas de redução de emissão de dióxido de carbono a partir de 2020 e fortalece a proposta de combate às mudanças climáticas e reforça o compromisso dos países em ajudar os mais vulneráveis a lidar om os impactos gerados pelos efeitos das mudanças climáticas. Tal acordo, gerou compromisso dos governos para agirem e apresentarem planos de ação nacionais em favor da manutenção da temperatura média mundial e esforços para limitar o aumento a 1,5°C.

A COP23, ocorreu em Bonn, na Alemanha (2017). Na oportunidade, o Reino Unido e o Canadá anunciaram a "*Power Past Coal Alliance*", que tem como objetivo eliminar a utilização do carvão como combustível fóssil até 2050. Ressaltamos que o principal objetivo da conferência era discutir os próximos passos para a implementação do Acordo de Paris a serem colocados em vigência antes de 2020. Delegados de 190 países focaram nas seguintes perguntas para traçar esses próximos passos: Onde estamos? Onde queremos chegar? e Como queremos chegar lá?

Em 2021, na COP26, realizada após 20 meses de pandemia, em Glasgow, na Escócia, trouxe como principais objetivos: estabilizar a temperatura global em 1,5°C, mobilização de finanças, adaptação e proteção das comunidades e habitats naturais e trabalho colaborativo entre empresas, governo e sociedade civil. A conferência através do seu documento final, o Pacto de Glasgow, não avançaram em termos de resultados, mas tivemos a renovação do compromisso de manter a temperatura de 1,5°C até 2050 e de reduzir as emissões de CO2 em 45% até 2030, também se fixou um acordo para acelerar a transição energética para fontes limpas.

A COP27, encerrada dia 18.11.22, em Sharm El-Sheikh, no Egito, recebeu o apelido de COP da África, apesar dos poucos avanços chegou-se a um consenso surpreendente: os países desenvolvidos concordaram com a criação de um fundo (a ser implementado em 2024) para a reparação de perdas e danos climáticos, com foco em países "particularmente vulneráveis". O texto não traz definições sobre a dinâmica de funcionamento do fundo, mas sinaliza para a criação de um grupo de trabalho com o objetivo de preparar um documento a ser apresentado e aprovado na COP28.

Outro ponto que foi objeto da COP27 foi a transição energética dos países europeus que por ora está ameaçada pelo conflito entre Rússia e Ucrânia visto a necessidade

da Europa em voltar a fazer uso de carvão, energia nuclear ou implementar o uso de combustíveis fosseis de origem africana para suprir de calefação a sua população durante o inverno. Por este motivo, no final do evento, o acordo foi flexibilizado e permitiu-se o uso de mix de fontes desde que sejam de baixa emissão. Tivemos também a renovação do acordo de manter o aquecimento global abaixo de 1,5°C.

O grande avanço que se faz vantajoso para o Brasil é a denominada Solução baseada na Natureza (SbN) constituindo-se de propostas que visem proteger e estimular ecossistemas, florestas, recifes de corais, etc., que devem ser bem coordenadas e com escala global de forma sustentável e com o propósito de minimizar os efeitos climáticos.

Por fim, em se tratando de floresta, o Brasil e a Amazônia ou mesmo a OPEP das Florestas são consideradas peças-chave da SbN e podem assumir o protagonismo do processo à nível internacional.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento Regional, Docente do Departamento de Economia da UFAM, ex-vice-presidente do CORECON-AM.

Publicado em: 25.11.22. Disponível em: Trajetória e Importância das COPS - Portal Único (portalunico.com)

ECONOMIA SOCIAL

A Economia Social (ES) surgiu durante a Revolução Industrial (1760-1850), com o propósito de colocar em prática a solidariedade e a segurança social entre as classes trabalhadoras organizadas através de cooperativas.

Conceitualmente, a ES tem como marco o ano de 1830, quando Carles Dunoyer publica em Paris um tratado de Economia Social. Na mesma década iniciou na Universidade de Lovaina um curso com a mesma designação (CAEIRO, 2008).

Posteriormente, surge um conjunto de escolas teóricas de que se salientam, a socialista, cujos percursores são os socialistas utópicos, com vasta contribuição de Marcel Mauss (1872-1950), defensor de uma economia de socialização voluntária e de Benoit Malon (1841-1893), cujo tratado de economia social (1883) tinha na sua base idêntica perspectiva; a escola social-cristã reformista. Fréderic Le Play (1806-1882), inaugurou uma sociedade de economia social e uma revista com o mesmo nome. Com o passar dos anos, a Economia Social seguiu o seu processo de fortalecimento foi embasado pelas seguintes escolas teóricas: a escola liberal e a escola solidária (CAEIRO, 2008).

A Economia Social também tem ligação com a Revolução Francesa (1789-1799) através do idealista francês Louis Blanc, que incluiu os ideais de liberdade, fraternidade e igualdade. Foi neste período que começaram a surgir cooperativas de trabalhadores, produção de bens e serviços que favoreciam a oferta de emprego e combatiam as desigualdades sociais.

Entre as principais características da Economia Social, destacamos: são organizações autônomas em relação ao Estado do ponto de vista gestacional; a propriedade é institucional e não é objeto de repartição entre os participantes; são organizações cujo objetivo não é a maximização do lucro; preveem em alguns casos a restrição à distribuição dos excedentes; têm gestão democrática e participativa; predomínio do fator trabalho sobre o capital, com ênfase à qualidade do serviço a prestar e ao desenvolvimento do capital humano; formas de organização diversificadas e tem como objetivo fundamental a promoção do bem-estar e do equilíbrio social.

Devido às suas características, as organizações de Economia Social, têm sido as responsáveis pela existência de uma abordagem diferente da atividade socioeconômica que consiste em privilegiar as pessoas em detrimento do capital. Consequentemente, não se configuram apenas como organizações produtoras de bens ou serviços, mas igualmente como produtoras de conexões sociais, aspecto fundamental para a gestação de capital social.

Um empreendimento voltado para os moldes da Economia Social objetiva a manutenção do bem-estar e do equilíbrio social, por exemplo: associações, mutualidade, cooperativas, misericórdias (formada com base no Direito Canônico), fundações e demais instituições privadas.

Atualmente, muitas empresas já incluíram no seu propósito a preocupação social. Afinal, não se trata apenas de produzir e vender para ter lucros, também é importante atuar na sociedade de forma responsável e solidária.

Por fim, sabemos que a geração de emprego já é uma forma de ajudar a sociedade, mas a Economia Social rompe esta barreira uma vez que se importa em garantir aos colaboradores uma boa qualidade de vida e bem-estar social.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento Regional, Docente do Departamento de Economia da UFAM, ex-vice-presidente do CORECON-AM.

Publicado em: 04.12.22. Disponível em: Economia Social - Portal Único (portalunico.com)

A NOVA ECONOMIA DO PLÁSTICO

Não podemos questionar a importância do plástico para a economia bem como para a evolução social uma vez que a sua existência possibilitou o consumo exponencial. Apesar das vantagens, o plástico constitui no maior agente causador de poluição do planeta e está presente até nos oceanos.

Em toda a cadeia produtiva, o plástico produz e emite gases do efeito estufa, e muitos cientistas apontam o consumo involuntário de microplásticos como ameaça à saúde humana nos aspectos físico, químico e biológico (Agência Senado).

A presença dos resíduos nas praias causa uma perda anual entre US$ 880 mil a US$ 8,5 milhões para o município. Impacta direta e indiretamente sobre a economia, a sociedade e o meio ambiente onde vivem as comunidades tradicionais que se utilizam da praia como modo de vida.

Em todo o mundo, os plásticos matam cerca de 100 mil animais por ano, causando US$ 13 bilhões em danos. No Brasil, cada pessoa consome 1.280 embalagens anualmente (Agência Senado).

De acordo com a WWF, a produção de plástico alcançou 396 milhões de toneladas (2016) e a previsão é de um aumento de 40% até 2030. Infelizmente, apenas 20% dos resíduos plásticos produzidos são destinados à reciclagem.

Sabemos dos malefícios do uso do plástico bem como os seus impactos sobre o meio ambiente e a sustentabilidade, mas não podemos ignorar que ele possibilitou e possibilita a conservação, transporte e armazenagem adequados dos alimentos e produtos desde a origem até o consumidor final.

Para evitar que o plástico vire resíduo, contamos com as mudanças na sua origem (matéria-prima) e a intensificação de ações no sentido de proporcionar uma nova maneira de projetar, utilizar e reutilizar o produto “A Nova Economia do Plástico”.

As ações direcionadas à Nova Economia do Plástico no mundo são embasadas pela Fundação Ellen MacArthur com o apoio de Eric and Wendy Schmidt Fund for Strategic Innovation. Tais iniciativas tem o propósito de estabelecer um sistema global para que os plásticos (Pacto dos Plásticos) nunca se tornem resíduos, a ação conta com mais de 450 organizações, que se propuseram a participar desse compromisso global com foco na sustentabilidade.

Por sua vez, a presença de governos e empresas no chamado Pacto dos Plásticos é fundamental, uma vez que são responsáveis por 20% da produção global de embalagens e sua adesão está embasada no compromisso de repensar seus modelos de negócios, com o propósito de elevar a reutilização, reciclagem e compostagem dos plásticos, além de promover sua transformação em novas embalagens e produtos.

Trata-se de um processo de concretização de uma nova visão que exigirá de todos um elevado nível de colaboração e contará com a ajuda dos países e das regiões. Já

temos a adesão dos seguintes países: Reino Unido, França, Chile, Holanda, África do Sul, Portugal, EUA, Polônia e Canadá.

A Nova Economia do Plástico tem potencialidade de gerar 700 mil empregos a mais até 2040 e proporcionar benefícios ambientais e sociais. Estima-se que aproximadamente 10 bilhões de dólares sejam poupados, em escala global, apenas com a substituição de 20% das embalagens de uso único por alternativas reutilizáveis.

Por fim, nesta nova economia, qualquer política de substituição deve ser embasada em cálculos de custo-benefício, no cumprimento da logística reversa determinada na Política Nacional de Resíduos Sólidos em benefício do meio ambiente, da sociedade e pelo bem-estar coletivo.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento Regional, Docente do Departamento de Economia da UFAM, ex-vice-presidente do CORECON-AM.

Publicado em: 10.12.22. Disponível em: A Nova Economia do Plástico - Portal Único (portalunico.com)

RESILIÊNCIA FINANCEIRA

A palavra resiliência vem do grego "hyglós": aquilo que se dobra e volta à mesma posição quando a causa passar.

Define-se Resiliência Financeira como sendo a capacidade do governo, das famílias e de indivíduos resistirem a choques financeiros, dificuldades e imprevistos e se recuperarem de seus efeitos (retornar à posição anterior ou dar a volta por cima).

Qualquer pessoa, família ou mesmo governo em algum momento da vida, passou ou passará por alguma ou algumas dificuldades relacionadas à falta de dinheiro ou mesmo o descontrole de suas finanças.

As famílias, os governos ou indivíduos financeiramente resilientes conseguem reagir de forma mais coerente durante a falta de dinheiro ou a longas crises financeiras e diante da realidade, se dispõe a ajustes com mais facilidade.

O resiliente financeiro apresenta peculiaridades, em especial, o otimismo e não se vê em crise de pânico, busca manter a calma, procura uma solução e consegue sair melhor socioeconomicamente e psicologicamente do que se encontrava antes da crise.

Em hipótese alguma, o resiliente financeiro coloca em primeiro plano o sentimento de fracasso ou de derrota, pois sabe que estes afetarão e atrapalharão o seu processo de recuperação financeira.

Um dos maiores e mais relevantes segredos da resiliência financeira é ter a consciência de que terceiros não são os culpados pelos seus problemas com o dinheiro.

É imprescindível que o resiliente financeiro assuma as suas próprias responsabilidades e busque ajuda para iniciar o processo de reestruturação: "tanto no sucesso financeiro como no fracasso, a responsabilidade é sua e somente esforços individuais podem mudar a sua realidade e contribuir para uma evolução futura".

Se não podemos nos antecipar aos imprevistos e nem adivinhar qual será a próxima crise, devemos seguir as regras mais básicas: guardar dinheiro para priorizar compras à vista em relação às compras a prazo, buscar reduzir gastos fixos, aumentar os gastos variáveis, investir em educação financeira, criar o hábito de ter uma reserva de emergência para manter os planos diante dos imprevistos e, por fim, começar a investir.

Já dispomos de inúmeros estudos que comprovam que o "estresse financeiro" impacta direta e indiretamente sobre a vida profissional, pessoal e familiar e constitui no causador de inúmeras doenças.

A pandemia de Covid-19 foi uma das grandes responsáveis pela elevação dos casos de "estresse financeiro" em diversos colaboradores o que promoveu em grandes e médias corporações ações de educação financeira e atendimento psicológico para ajudar os colaboradores a lidar com esta situação inesperada.

Por fim, a resiliência financeira possibilita reflexão, lucidez, paciência e consciência de que é possível sempre recomeçar, aprender com as lições e de criar uma boa relação com o dinheiro e com as finanças.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento Regional, Docente do Departamento de Economia da UFAM, ex-vice-presidente do CORECON-AM.

Publicado em: 17.12.22. Disponível em: Resiliência Financeira - Portal Único (portalunico.com)

RECICLAGEM DO PLÁSTICO

No texto publicado no dia 10 de dezembro de 2022, apresentamos a Nova Economia do Plástico, que surge como uma proposta já muito bem implementada nos países desenvolvidos, mas que deve demorar um bom tempo para alcançar as economias emergentes como o Brasil.

Passados doze anos após entrar em vigor a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) a geração de resíduos no Brasil teve um aumento de 19%, chegando a 80 milhões de toneladas/ ano e o volume de reciclagem destes materiais segue no patamar inferior a 4% na média nacional (Abrelpe).

O aumento da geração de resíduos seguido pelos baixos índices de reciclagem, configuram-se como relevantes desafios para a sociedade e para a gestão pública e deixam evidente a necessidade de estimular cada vez mais o reaproveitamento de resíduos.

Em relação à Reciclagem do Plástico, a realidade brasileira ainda se limita à olhar para o resíduo plástico como fonte de divisa e geração de emprego e renda para a indústria de transformação.

O país que mais recicla no mundo é a Alemanha, com mais de 60% dos resíduos sólidos reciclados. Em seguida, vem a Coréia do Sul com 59%, Áustria e Eslovênia com 58% e a Bélgica com 55% (Recicla Sampa).

Os números da reciclagem do plástico no Brasil são os seguintes: em 2018 foram 22%, em 2019 chegamos ao patamar de 24% e os números mais recentes de 2020 registram 23% das embalagens plásticas inseridas na economia circular e disponíveis para se transformarem em outros produtos.

No Brasil, a reciclagem do plástico é a quarta atividade que mais gera emprego e renda na indústria da transformação e está sendo objeto do Plano de Incentivo à Cadeia do Plástico (PICPlast), que constitui numa iniciativa criada pela Associação Brasileira da Indústria de Plástico (ABIPLAST) e a Braskem, maior produtora de resinas termoplásticas das Américas.

De acordo com a ABIPLAST, por meio de uma série de programas direcionados aos interesses do setor, o PICPlast fomentará a competitividade e produtividade da transformação de plástico no Brasil, promoverá investimentos que visam estimular as exportações de produtos transformados, incentivará a inovação e a qualificação profissional, além de proporcionar um desenvolvimento de gestão empresarial.

Além disso, o Plano de Incentivo à Cadeia do Plástico (PICPlast) também direciona esforços para a promoção das vantagens do plástico, evidenciando a versatilidade e os benefícios desse importante material. As ações do PICPlast estão alicerçadas em três pilares: exportação de transformados, competitividade e inovação e vantagens do plástico.

Ademais, do total de resíduos reciclados, 1070 mil toneladas referem-se aos utensílios de uso único (embalagens rígidas e flexíveis) e demais descartáveis correspondendo a 67,4% do montante reciclado em 2021.

De acordo com a MaxiQuim (empresa de avaliação de negócios na indústria química com foco em análise de mercados e competitividade), 1,5 milhão de toneladas de resíduo plástico chegaram às recicladoras por meio dos sucateiros (27%), beneficiadores (21%), empresas de gestão de resíduos (11%) e cooperativas (10%), entre outros.

O cenário descrito também pode ser observado pela ótica da oportunidade no que tange à geração de emprego e renda. Uma vez que quanto maior a demanda por reciclagem de resíduos mais oportunidades de empregos no setor.

Nos últimos doze anos registou-se um aumento de 17% no total de empregos diretos no setor, com geração de mais de 48.000 postos de trabalho em todas as regiões brasileiras, mas ainda temos muito a avançar.

Por fim, o tema aqui abordado merece muita atenção, não somente em relação à abordagem econômica e social através da geração de emprego e renda, mas também quando se avalia a perspectiva ambiental e preservacionista.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento Regional, Docente do Departamento de Economia da UFAM, ex-vice-presidente do CORECON-AM.

Publicado em: 01.01.23. Disponível em: Reciclagem do Plástico - Portal Único (portalunico.com)

QUALIFICAÇÃO EMPREENDEDORA

No dia cinco de outubro comemora-se o Dia do Empreendedor, mas não é somente esta data que merece ser celebrada pelos brasileiros. De acordo com a última pesquisa realizada pela Global Entrepreneurship Monitor (GEM) de 2021, antes ocupávamos a 13ª posição, agora estamos na 7ª colocação no ranking do empreendedorismo numa escala de 50 países.

Nos últimos anos, o número de negócios com mais de 3,5 anos aumentou no país, segundo o estudo, o que demonstra que parte dos brasileiros que empreenderam por qualquer motivo durante a pandemia conseguiram sobreviver e até ampliaram o seu negócio.

A pesquisa GEM, realizada no Brasil em parceria com o Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP), é considerada a mais relevante acerca do empreendedorismo no mundo. Em relação aos números brasileiros, a Taxa de Empreendedores Estabelecidos teve um incremento de 1,2 pontos percentuais e passou de 8,7% da população adulta em 2020 para 9,9% em 2021.

Um dos destaques da pesquisa versa sobre o aumento da escolaridade dos empreendedores iniciais. Os números apresentados apontam que 28,5% deles apresentam formação superior completa e 47,1% do universo pesquisado possuíam no mínimo o ensino médio completo.

Trata-se de uma informação relevante pois quanto mais escolarizado o empreendedor, mais está propenso a empreender por oportunidade e apto a realizar um planejamento, o que reflete na elevação da taxa de sucesso do empreendimento.

Segundo a Endeavor Brasil o fortalecimento do empreendedorismo expôs alguns problemas e fragilidades que vão deste o déficit educacional focado na falta de qualificação nas áreas de gestão de pessoas, fluxo de caixa e administração de negócios.

Para o SEBRAE, o primeiro passo é compreender em que aspecto o empresário necessita de capacitação e quais são suas principais fragilidades. Caso a necessidade seja de melhorar o networking, aconselha-se buscar construir uma rede de relacionamento e seguir uma agenda de eventos presenciais e capacitações.

Sabemos que cada negócio é único e que não existe uma fórmula mágica ou caixa pronta, o que temos como absoluta convicção é que para alcançar o sucesso no empreendedorismo, faz-se imprescindível e necessária a busca permanente pela qualificação empreendedora. O que mais temos certeza é que o conhecimento é fundamental para qualquer empreendimento.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento Regional, Docente do Departamento de Economia da UFAM, ex-vice-presidente do CORECON-AM.

Publicado em: 09.01.23. Disponível em: Qualificação Empreendedora - Portal Único (portalunico.com)

CIDADE INTELIGENTE, SUSTENTÁVEL E RESILIENTE

Uma cidade é considerada inteligente quando os investimentos em capital humano, social, infraestrutura de comunicação tradicional (transporte) e modernidade impulsionam o crescimento econômico sustentável que induzem a qualidade de vida e interligam, por meio de governança participativa, o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

Já existe muita discussão acerca das cidades inteligentes, mas o que sabemos é que uma cidade precisa ser inteligente, sustentável e resiliente para atender aos anseios, não somente dos moradores, mas de todos que habitam os espaços urbanos.

As cidades sustentáveis ou resilientes constituem uma tendência de crescimento que, junto ao chamado do desenvolvimento sustentável (New Urban Agenda e Acordo de Paris), torna essencial não só moldar novos sistemas e padrões de produção e consumo, como também a solução de questões globais e locais (Agenda 2030, no ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis).

A proposta é que os polos urbanos gerem um amplo leque de possibilidades para dinamizar as economias, desenvolver soluções inovadoras e criar condições para garantir qualidade de vida às populações através da governança e do planejamento urbano com foco em novas políticas públicas e oportunidades de negócios, possibilitando assim, a inclusão socioeconômica, estímulo à inovação, bem como a implementação de projetos de desenvolvimento e de melhoria de infraestruturas.

A capital do Amazonas, bem como os demais centros urbanos precisam se adaptar para os desafios impostos neste novo século: melhorar a educação e a qualificação do capital humano regional; interligação tecnológica e da inovação entre o PIM e os municípios do interior; estimular eventos e feiras com foco na tecnologia, inovação e agregação de valor aos produtos da floresta; gerar emprego e renda sustentáveis no interior.

No que tange à infraestrutura, melhorar o serviço de transporte público e ciclovias; intensificar a ocupação dos espaços urbanos abandonados transformando-os em centros culturais e educacionais; melhorar o serviço de saúde e ampliar o quadro de profissionais para o interior; fazer uso mais racional da tecnologia e banda larga (5G) em escolas, centros culturais e iluminação pública; ampliar o acesso à política de saneamento básico, coleta de resíduos urbanos e de habitação e arborização.

Na questão econômica, incentivar a economia criativa; economia verde; empreendedorismo feminino e sustentável; buscar parcerias para explorar economicamente (turismo) os igarapés ou como alternativa de transporte fluvial urbano; fazer valer as potencialidades regionais e explorar o polo naval com formação de capital humano, renda e riqueza regionais.

A trajetória a ser percorrida por Manaus se junta aos desafios que inúmeras outras capitais do Brasil e demais cidades do mundo enfrentarão, já que todas irão se deparar com espaços urbanos cada vez mais habitados e terão que aprender a conviver com os efeitos das mudanças climática cada vez mais intensos.

Por fim, e não menos importante, está a necessidade de se ter uma cidade que seja capaz de evitar a degradação e manter a saúde de seu sistema ambiental, reduzir as vulnerabilidades sociais, buscar uma solução para os problemas infraestruturais e promover um ambiente saudável e sustentável para todos.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento Regional, Docente do Departamento de Economia da UFAM, ex-vice-presidente do CORECON-AM.

Publicado em: 16.01.23. Disponível em: Cidade inteligente, sustentável e resiliente - Portal Único (portalunico.com)

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS

A educação financeira a ser implementada nas escolas possibilita o desenvolvimento de conhecimento e de habilidades que contribuirão para a formação de um cidadão ativo e com possibilidades de construir uma relação saudável e próspera com o dinheiro e com as finanças.

Uma vez que a educação financeira seja de conhecimento social, passa a contribuir de forma direta para a redução do endividamento e da inadimplência.

Apesar da inegável relevância, a educação financeira ainda precisa de alinhamento e de direcionamento para ser incluída nos currículos educacionais com foco no desenvolvimento da cidadania ativa, independência, liberdade e responsabilidade financeira.

No renomado ranking da Pesquisa Global de Educação Financeira da Divisão de Ratings e Pesquisas da Standard & Poor's, que mensura o nível de educação financeira em 144 países, o Brasil ocupa a posição de número 74 posicionando-se atrás de países como Madagascar, Togo e Zimbábue (que estão na lista dos mais pobres do mundo).

A pesquisa investigou ainda qual o percentual da população que pode ser considerada alfabetizada financeiramente (mensurado através do conhecimento de quatro conceitos financeiros básicos: aritmética, diversificação de risco, inflação e juros compostos). Neste quesito, somente 35% da população brasileira encontra-se alfabetizada financeiramente.

Em relação aos países mais bem posicionados no ranking, temos: Noruega, Dinamarca e Suécia, onde 71% dos entrevistados passaram no teste. Na última posição ficou o Iêmen, onde apenas 13% foram aprovados.

Atualmente, os jovens estão inseridos num cenário financeiro complexo e cheio de gatilhos para o consumo emocional o que exige muito mais conhecimento e organização financeira para evitar as armadilhas do endividamento e da inadimplência. Dessa forma, somente uma educação financeira precoce pode contribuir para um futuro financeiro mais positivo.

Muito se questiona qual o momento mais adequado para inserir os conhecimentos de educação financeira nas escolas. Alerta-se que em 2005, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), indicou que a educação financeira deveria ser ensinada nas escolas o quanto antes possível, em especial aos 6 anos de idade, e que nesta idade os conhecimentos deveriam ser implementados de forma lúdica.

No Brasil, dois marcos merecem destaques: em 2010, surgimento da Política Pública de Educação Financeira e, em 2020, com as diretrizes abordadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Neste último ano, a educação financeira passa a ser obrigatória no país.

A educação financeira para as crianças deve ser abordada com foco na formação da consciência financeira através do planejamento e do gerenciamento de tempo. Já para os jovens, a educação financeira entra de forma interdisciplinar inserida nas demais áreas do conhecimento de humanas e matemática.

Por fim, ao inserir a educação financeira nas escolas oportunizamos a formação de um cidadão com capacidade para administrar a sua renda possibilitando que este possa consumir de forma consciente e/ ou ter possibilidade de gerenciar as suas dívidas, reduzir a inadimplência, melhorar a sua qualidade de vida e que possa tirar do papel os seus sonhos futuros.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento Regional, Docente do Departamento de Economia da UFAM, ex-vice-presidente do CORECON-AM.

Publicado em: 29.01.23. Disponível em: Educação Financeira nas Escolas - Portal Único (portalunico.com)

INFLAÇÃO DOS ALIMENTOS E A INSEGURANÇA ALIMENTAR

A inflação dos alimentos é considerada a grande vilã do ano de 2022 e contribuiu diretamente para o patamar elevado da inflação ao longo de todo. O registro foi de uma alta acumulada de quase 12%, representando quase o dobro do percentual registrado da inflação média que ficou no patamar de 5,9%.

O comportamento da inflação dos alimentos registrado no ano passado é considerado preocupante, pois impacta diretamente e com mais força sobre a cesta de consumo das familiar com menor poder aquisitivo pois a alimentação tem um peso maior em relação à renda familiar.

O efeito é direto pois a elevação dos preços dos alimentos provoca uma queda no consumo das famílias e interfere diretamente no acesso destas à alimentação pois os salários ora corrigidos pela inflação passada tendem a perder o poder de compra.

E quais os principais fatores que contribuíram para a elevação dos preços dos alimentos no Brasil em 2022? Destacamos alguns: efeitos climáticos, elevação do preço dos insumos utilizados, escassez de fertilizantes, elevação no custo dos defensivos agrícolas, impactos da pandemia de Covid-19, desorganização da cadeia produtiva, problemas logísticos, clima e o prolongado conflito entre Rússia e Ucrânia.

A inflação dos alimentos é um problema grave e contribui significativamente para o aumento da insegurança alimentar que afeta diretamente os mais vulneráveis. De acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a insegurança alimentar constitui num fenômeno que impacta diretamente no indivíduo não possui acesso físico, econômico e social a alimentos de forma a satisfazer as suas necessidades. Por sua vez, divide-se em três tipos ou níveis: leve, moderada ou grave, apresentando-se de forma crônica ou apenas temporária.

Ainda segundo a FAO, a insegurança alimentar em qualquer dos níveis apresentados resulta numa série de consequências para o indivíduo e para o seu grupo familiar, sendo: desnutrição ou sobrepeso, a depender de cada caso em específico; anemia; problemas de saúde associados à falta de vitaminas no organismo; desgaste físico pela ausência de nutrientes; piora da saúde mental; deterioração da qualidade de vida e bem-estar e o agravamento da fome em casos graves.

Para a ONU, apesar da insegurança alimentar ser um problema social, econômico e sanitário de elevada complexidade, inúmeras são as possíveis soluções, com destaque para: incentivos à agricultura familiar e ao médio e pequeno produtor; criação ou manutenção de políticas públicas voltadas à erradicação da pobreza; educação alimentar e nutricional; melhorias na qualidade e ampliação da alimentação escolar; ampliação do abastecimento do mercado interno de alimentos; desenvolvimento de uma agricultura sustentável; controle do desperdício de alimentos; melhorias na qualidade e ampliação da alimentação escolar.

Por fim, o desperdício de alimentos no Brasil e no Mundo contribui para agravar a insegurança alimentar. Frutas e alimentos agrícolas são os mais desperdiçados e ainda é fraca a cultura do aproveitamento total das partes dos alimentos como: cascas, talos e raízes.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento Regional, Docente do Departamento de Economia da UFAM, ex-vice-presidente do CORECON-AM.

Publicado em: 29.01.23. Disponível em: Inflação dos Alimentos e a Insegurança alimentar - Portal Único (portalunico.com)

DESAFIOS DO CUSTO AMAZÔNICO

A região amazônica é única e exclusiva dada as suas peculiaridades como a fauna e flora sua extensão territorial e importância hidrográfica. Constitui numa região de grandes desafios logísticos e infraestruturais que contribuem para afugentar o empreendedorismo regional, adiando os investimentos bem como as oportunidades de geração de emprego e renda locais.

O empreendedorismo é apontado como uma variável relevante para a realização de mudanças, gerando oportunidades para investir recursos, competências, criação de negócios, emprego e renda que constituem fatores capazes de fornecer transformações socioeconômicas positivas para a região.

Estima-se que setenta por cento dos brasileiros sonham em empreender. No entanto, é preciso conhecer o cenário em que se irá empreender e quais variáveis poderão impactar na prosperidade do negócio.

Um dos obstáculos para o empreendedorismo no Brasil é o fator Custo Brasil, expressão utilizada para se referir ao conjunto de dificuldades estruturais, burocráticas, trabalhistas e econômicas que travam o desenvolvimento do país e contribuem negativamente para o ambiente de negócios ao afastar o empreendedor estrangeiro e desestimular o empreendedor nacional.

Acerca do Custo Brasil, o empreendedorismo praticado na região amazônica enfrenta outros grandes entraves, aqui denominado de Custo Amazônico que vão deste os desafios com acesso às tecnologias (internet), energia elétrica, infraestrutura de estradas e vicinais, clima, distância, esvaziamento populacional, capital humano, transportes de pessoas e cargas, incidentes ligados ao desmatamento, falta de segurança, conflitos ambientais, políticos e econômicos.

Neste cenário tão desfavorável ao empreendedorismo, nos embasamos na hipótese de que os entraves logísticos e infraestruturais desencorajam o empreendedorismo amazônico e dificultam a geração de emprego e renda regionais.

Levando-se em consideração todas as variáveis que compõem o Custo Brasil somadas ao Custo Amazônico, observa-se uma menor perspectiva de encontrar empreendedores dispostos a enfrentarem os desafios peculiares regionais. Como consequência, encontramos uma região com menor desenvolvimento socioeconômico do país e a situação se agrava se tomarmos como referência os municípios do interior da Amazônia.

Por fim, reiteramos a importância do empreendedorismo para o crescimento e desenvolvimento da Amazônia pautado na preservação e fortalecimento da economia local e regional, contribuindo para geração de emprego e renda e como proposta impulsionadora do investimento público e privado. Dessa forma, cabe a todos nós, amazônidas, a busca por alternativas para reduzir o peso do Custo Amazônico e destravar de vez o investimento na região.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento Regional, Docente do Departamento de Economia da UFAM, ex-vice-presidente do CORECON-AM.

Publicado em: 05.02.23. Disponível em: Desafios do Custo Amazônico - Portal Único (portalunico.com)

A IMPORTÂNCIA DAS HIDROVIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

O transporte de cargas e passageiros pelos rios da Amazônia é o grande responsável por fomentar a atividade econômica regional e contribui para o dinamismo cultural dos amazônidas: “os rios são as estradas da Amazônia”.

O transporte hidroviário é amplamente vantajoso, pois dispõe de um custo baixo, possibilita levar uma quantidade consideravelmente maior de toneladas de cargas com um consumo de combustível proporcionalmente menor.

Em outras partes do mundo o desenvolvimento hidroviário ocorreu através de investimento estratégico tendo como base três pilares principais: dragagem, sinalização e eclusas.

O uso das hidrovias também permite a diminuição e a dependência do transporte rodoviário realizado por caminhões. A ampliação do modal hidroviário contribui para reduzir as emissões de gases de efeito estufa preservando a cobertura florestal.

Apesar da relevância, abundância e potencialidade das hidrovias na região amazônica estas ainda são pouco exploradas economicamente.

Em relação a potencialidade natural, para se ter uma ideia, as três principais hidrovias da região - Rio Madeira, Rio Tapajós e Rio Amazonas - juntas, somam mais de três mil quilômetros de vias navegáveis.

O segmento necessita urgentemente de investimentos em setores estratégicos capazes de proporcionar navegabilidade ao longo de todo o ano, ser objeto de infraestrutura para embarque e desembarque, carga e descarga, capacitação técnica e formação adequada de forma que possamos vislumbrar o pilar do desenvolvimento social e econômico aproveitando os potenciais naturais já disponíveis e abundantes da região.

Apesar da pouca visibilidade e falta de atenção, o setor de estaleiros (indústria naval) é atuante e vem apresentando nos últimos anos um vultoso crescimento com o papel primordial para atender o mercado regional com embarcações de qualidade.

De acordo com o Instituto de Tecnologia da UFPA, o volume de passageiros transportados anualmente pelos rios da Amazônia é de 9 milhões, pelas mesmas vias também navegam aproximadamente 4 milhões de toneladas de cargas.

Além de cargas e passageiros, é pelos rios que seguem as *commodities* agrícolas, um montante de aproximadamente 20 milhões de toneladas anuais que dispõe de um amplo potencial de crescimento.

Contudo, os grandes gargalos do segmento são pautados na cadeia de infraestrutura e na logística, em especial, a falta de investimento estratégico somado a questões relacionadas ao regime dos rios. Em período de vazante o trânsito de embarcações de grande porte fica comprometido.

Pauta-se que as hidrovias na região nunca receberam a atenção que merecem e em nenhum momento foram objeto de alguma política desenvolvimentista apesar das potencialidades e da abundância natural.

Por fim, dada as peculiaridades regionais já disponíveis, cabe a todos os *stakeholders* a união de forças para alcançarmos o desenvolvimento regional com equilíbrio ambiental, geração de emprego, renda, oportunidades, redução das vulnerabilidades sociais com foco na economia verde.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento Regional, Docente do Departamento de Economia da UFAM, ex-vice-presidente do CORECON-AM.

Publicado em: 12.02.23. Disponível em: A Importância das Hidrovias para o Desenvolvimento da Amazônia - Portal Único (portalunico.com)

O HIDROGÊNIIO VERDE É O COMBUSTÍVEL DO FUTURO?

Tanto as mudanças climáticas, como a emergência sanitária, bem como o conflito entre Rússia e Ucrânia embasam a discussão acerca da identificação de novas matrizes energéticas livres de carbono e que provoquem zero emissões de gases de efeito estufa.

Uma das propostas com maior potencialidade de energia limpa é o hidrogênio verde, que deriva de fontes renováveis como a água, e que pode ser amplamente utilizado como fonte de energia para a indústria pesada, para o abastecimento de veículos de grande porte, aviões e em navios.

Segundo estimativas do Goldman Sachs, o rentável mercado de hidrogênio verde tem o potencial de gerar uma riqueza equivalente a 11 trilhões de dólares até 2050 e já despertou o interesse de países como: Estados Unidos, China, Austrália, Chile, África do Sul e, ainda em 2023, teremos a primeira empresa instalada no território brasileiro.

O hidrogênio verde tem potencial para reduzir o impacto ambiental de setores que fazem uso intensivo de carbono e que buscam a transição energética, com o uso de uma energia limpa e competitiva. Por esse motivo, o hidrogênio verde é considerado o combustível do futuro.

O Estado da Bahia entrará para a história como o primeiro estado do país a abrigar uma empresa que ofertará ao mercado o equivalente a 10 mil toneladas do produto/ ano sendo que uma parte será convertida em 60 mil toneladas de amônia verde/ano. Além disso, a empresa prevê quadruplicar a produção até 2050.

Por que o Brasil tem potencial para se tornar uma potência global na geração de hidrogênio verde? A potencialidade está pautada nas condições climáticas favoráveis no que tange à geração de energia solar e eólica. Para se ter uma ideia, atualmente o Brasil ocupa a terceira posição internacional na produção de energia renovável, ficando atrás somente de EUA e da China.

Um estudo apresentado pela BloombergNEF apontou o Brasil como um dos únicos países capazes de ofertar hidrogênio verde a um custo inferior a US$ 1 por quilo até 2030, e a notícia animou os investidores estrangeiros.

Se as estimativas internacionais se concretizarem o movimento de atração de investimento e oferta do produto a um valor competitivo provocará um movimento energético que colocará o Brasil na liderança do processo de descarbonização à nível internacional.

O que se sabe até agora é que: caso o hidrogênio verde seja gerado a partir da água através do processo de eletrólise, com o objetivo de extração de molécula de hidrogênio e seja alimentado por fontes renováveis como as energias solar e eólica se tornará uma opção emissão zero: “emissões zero é o novo petróleo”.

Por fim, o hidrogênio verde tem potencial para reduzir a pegada ambiental de setores intensivos de carbono, alavancar o processo de transição energética e colocar o Brasil na liderança mundial do processo de descarbonização.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento Regional, Docente do Departamento de Economia da UFAM, ex-vice-presidente do CORECON-AM.

Publicado em: 21.02.23. Disponível em: O hidrogênio verde é o combustível do futuro? - Portal Único (portalunico.com)

REAL DIGITAL OU "*GOVCOIN*"

Desde 2020 a autoridade monetária brasileira vem amadurecendo a proposta de implantação de uma Moeda Digital e recentemente apresentou ao mercado as “diretrizes” que nortearão o funcionamento do Real Digital ou “*govcoin”*.

O Real Digital ou “*govcoin*” será emitido pelo Banco Central (BC), cabendo ao sistema financeiro, a responsabilidade de distribuí-lo e de custeá-lo. Na prática, será usado por meio de carteira digital devidamente disponibilizada pelas instituições financeiras. De acordo com o Banco Central, o “*govcoin*” não será uma Criptomoeda ou Bitcoin, pois será lastreado pela autoridade monetária sendo, portanto, configurado como uma Central Bank Digital Currency (CBDC).

Entre as principais diretrizes disponibilizadas pelo BC em relação a proposta da Moeda Digital, destacamos: previsão de uso em pagamentos de varejo; capacidade para realizar operações on-line e off-line; emissão pelo BC como extensão da moeda física; garantia de segurança jurídica das operações; aderência a todos os princípios e regras de privacidade e segurança; padrões de resiliência e segurança cibernética equivalentes aos do mercado financeiro e a integração com moedas nacionais.

A autoridade monetária tem a expectativa de que a Moeda Digital possa reduzir gradativamente o uso do dinheiro em espécie e que contribua para facilitar o uso da moeda brasileira em transações no exterior.

Já para o consumidor, o que se espera é um mercado de ofertas personalizadas e descontos vantajosos, otimização do tempo no uso das contas em bancos, fintechs ou cooperativas, num único sistema bem como a facilidade de pagamento instantâneo no país e no exterior (Pix internacional).

O que se sabe até agora é que as diretrizes ora propostas serão discutidas com a sociedade para que as adequações possam atender aos potenciais usuários da Moeda Digital e num futuro próximo, já preveem o desenvolvimento de novos serviços financeiros com destaque para: os contratos inteligentes; dinheiro programável e meio de liquidação para a internet das coisas (IoT).

Depois do PIX, Open Banking, Open Finance e após a implantação do Real Digital programado para este ano, o propósito da autoridade monetária é fazer uma integração de produtos dentro de uma única plataforma até 2024, oportunizando a realização de transações internacionais instantâneas num processo de “finanças sem fronteiras”.

Toda essa movimentação constitui num grande passo para que o sistema financeiro brasileiro possa se modernizar, ser mais integrado, ter mais dinamismo, ser de fácil acesso aos usuários e que possa romper as fronteiras internacionais e facilitar as transações.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento Regional, Docente do Departamento de Economia da UFAM, ex-vice-presidente do

CORECON-AM.

Publicado em: 06.03.23. Disponível em: Real Digital ou “govcoin” - Portal Único (portalunico.com)

A IMPORTÂNCIA DA MULHER NA ECONOMIA

No mês dedicado à mulher, teremos merecidas homenagens a esta figura tão presente na vida de todos e que contribui para gerar impacto positivo sobre a economia através dos seus hábitos, do consumo, nas decisões de compra, do seu protagonismo, da forma como empreende e da sua liderança no mercado em todas as áreas de atuação.

À nível internacional, tomando como base um estudo coletivo realizado entre, o Banco Mundial, as Nações Unidas, o Monitor do Empreendedorismo Global e outras instituições internacionais, reconhecem as mulheres como “os grandes motores da economia”.

Ao longo do documento, levantou-se números relevantes sobre a importância da mulher para a economia internacional cabendo a nós os seguintes destaques: no mundo, as mulheres desempenham 66% de todo o trabalho, contribuem para produção de 50% de toda a comida, são donas de 1 a 2% das propriedades, mas recebem apenas 10% do rendimento. Globalmente, as mulheres representam 49,6% da população mundial e apenas 40,8% da mão de obra do setor formal. Ainda em números, dominam o mercado global, controlando os US$ 30 trilhões de gastos em consumo.

O estudo chama a atenção também para os gargalos a serem superados pelas mulheres: fora do setor agrícola, tanto em países desenvolvidos, como em países em desenvolvimento, as mulheres continuam recebendo menos de 78% do salário pago a um homem pelo mesmo trabalho; mulheres e meninas sofrem desproporcionalmente do fardo da pobreza extrema - constituem 70% dos 1,5 bilhões de pessoas vivendo com menos de um dólar por dia.

Complementarmente, alerta que a redução da lacuna existente entre a taxa de emprego masculina e feminina teria enormes implicações na economia global, aumentando o PIB dos EUA em mais de 9%, da Zona do Euro em mais de 13%, e do Japão em mais de 16%.

Para os dados nacionais, destacaremos um estudo do IBGE intitulado “Estatística de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil”. Segundo o estudo, elas são a maioria da população brasileira (51,1%) e em 48,7% dos lares respondem como “chefe de família” ou com maior participação na renda familiar; as mulheres respondem por 54,5% do nível de participação na força de trabalho. No mercado de trabalho, as mulheres sem filhos são as que mais ocupam cargos 67,2% em relação às mulheres com filhos, 54,6%.

No Brasil, a força de trabalho feminina é mais escolarizada que a masculina, mas as desigualdades salariais não acompanham esta realidade, temos que: 29,7% das mulheres entre 18 a 24 anos possuem nível superior em relação a 21,5% dos homens.

Chamamos a atenção para o percentual de mulheres docentes no ensino superior: se levarmos em consideração o recorte histórico que vai de 2003 a 2019, o avanço percentual foi de 43,2% para 46,8%. Ademais, o número de discentes mulheres também vem apresentando avanço nos últimos anos e em alguns cursos elas são a maioria.

Apesar da elevada escolarização, elas lideram os índices de desemprego no país, 14,9% dos brasileiros em idade produtiva e que estão desempregadas, são mulheres. Os homens representam 12%.

Em relação à vida pública e à tomada de decisão, à nível nacional, apenas 16% dos cargos de vereador são ocupados por mulheres e elas ocupam apenas 37,4% dos cargos de gerência.

Já em relação à eterna polêmica da divisão das tarefas domésticas, os números mostram que mulheres com rendas baixas dedicam mais tempo aos afazeres domésticos (21,1 horas) em relação às que tem renda mais elevada que podem contratar ajuda para o desempenho das atividades do lar (18,2 horas).

Acerca do empreendedorismo feminino que na maioria das vezes chega a partir dos desafios impostos pela maternidade e da necessidade de conciliar a dupla jornada de mãe e trabalhadora. Na maioria das vezes, para as empreendedoras a maternidade acaba sendo uma força singular em busca de melhores condições de trabalho, oportunidades e flexibilidade para acompanhar o desenvolvimento e a educação dos filhos.

Por fim, cabe a nós o eterno reconhecimento da relevância da mulher para as famílias, na educação dos filhos, como empreendedora e para a economia como um todo, não esquecendo que a realidade ainda é de desigualdade e de falta de oportunidades.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento Regional, Docente do Departamento de Economia da UFAM, ex-vice-presidente do CORECON-AM.

Publicado em: 13.03.23. Disponível em: A importância da mulher na economia - Portal Único (portalunico.com)

RETRATO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NA AMAZÔNIA LEGAL

A luta pela igualdade de gênero: ODS 5 constitui fator primordial para o cumprimento de toda a Agenda 2030 – “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”.

Assim como ocorre no restante do Brasil, a Amazônia Legal protagoniza um cenário de sub-representação feminina acerca da equidade da distribuição de rendimentos financeiros o que contribui para agravar o cenário da desigualdade de gênero, o desemprego bem como a informalidade na região.

No contexto amazônico, em especial, na Amazônia Legal, as dificuldades são agravadas pelas peculiaridades regionais em termos logísticos e infraestruturais impactando direta e indiretamente no desenvolvimento regional sustentável.

Na região, em sua maioria adolescentes do sexo feminino, são as que mais abandonam os estudos e a atividade laboral. Entre as causas da evasão escolar temos: a gravidez precoce e a necessidade de cuidarem de familiares idosos e/ ou acamados.

A interrupção dos estudos, bem como o afastamento do mercado de trabalho dificultam a acumulação de capital e retardam o processo evolutivo das mulheres amazônidas em suas carreiras profissionais. Como consequência, a região dispõe de um elevado processo de desmotivação educacional que contribui para a discriminação e para o preconceito feminino.

A evasão escolar, também eleva o quantitativo de trabalhadores e trabalhadoras que nem estudam e nem trabalham (os “nem-nem”), influenciando na realidade econômica individual e coletiva.

Não somente no contexto da Amazônia Legal, mas em todo o território nacional cabe ao setor de serviços a maior responsabilidade na geração de emprego e renda bem como os maiores volumes de oferta de postos de trabalho.

Na Amazônia Legal, 61,7% das mulheres estão inseridas no Setor de serviços (32,7% dos homens), seguido por 22,5% no setor de comércio (20,8% dos homens), 8,4% na indústria (13% dos homens), 7,1% na agropecuária (22% dos homens) e 0,2% na construção (11,3% dos homens).

Se levarmos em consideração as taxas de ocupação, taxa de desemprego, taxa de participação e taxa de informalidade que constituem variáveis relevantes do mercado de trabalho, podemos observar que a desigualdade de gênero na Amazônia Legal é preocupante, visto que as mulheres ocupam apenas 42,4% do mercado, enquanto os homens detém 65,4%. Em relação à taxa de desemprego, esta corresponde a 13,4% para mulheres e 7,8% para homens, quase o dobro do valor registrado. Já a informalidade, chega a 56,8% para mulheres e de 59,9% para homens (ambos acima da média nacional).

Também chamamos a atenção para o percentual de 36,2% de trabalhadoras sem carteira assinada na Amazônia Legal, bem acima da média nacional que é de 22,4%,

Uma peculiaridade da Amazônia Legal é o percentual de mulheres no serviço público (que inclui militares). Tal realidade, pode ser explicada pela escolaridade feminina e pela baixa discriminação do acesso aos cargos públicos o que favorece a ocupação das vagas pelo capital humano feminino.

Por fim, observamos que a desigualdade de gênero é evidente no contexto amazônico e dificulta o desenvolvimento sustentável regional, uma vez que cria obstáculos para que uma massa de mulheres em idade economicamente ativa e escolarizada, estejam fora do mercado de trabalho e em condições de pobreza: “a desigualdade de gênero tem efeitos econômicos”.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento Regional, Docente do Departamento de Economia/ UFAM e ex-vice-presidente do CORECON-AM.

Publicado em: 19.03.23. Disponível em: Retrato da desigualdade de gênero na Amazônia Legal - Portal Único (portalunico.com)

ECONOMIA REGENERATIVA

A economia regenerativa constitui num sistema que tem o propósito de substituir a lógica linear de exploração de matérias-primas, produção e consumo, por uma lógica circular que se preocupa com processo de busca por matérias-primas, produção, consumo, reutilização, reaproveitamento, reciclagem e descarte final do produto.

Está sendo analisada por estudiosos como um grande desafio, pois tenta valorar os recursos socioambientais que não costumam ser precificados: qual o valor monetário de uma forma, cor, espécie, cultura ou serviço sistêmico?

A economia regenerativa é pautada em oito princípios fundamentais: relacionamento correto e colaborativo; riqueza holística; inovação, adaptação e sensibilidade; participação empoderada; honra, comunidade e local; abundância de efeito borda, fluxo circular robusto e equilíbrio.

A regeneração do ecossistema é fundamental e só acontece quando damos condições à área de se recuperar, para o que antes havia sido plantado volte a brotar e o espaço possa exercer novamente sua função ambiental.

O processo oportuniza a tomada de decisões que atendam aos anseios das pessoas sem degenerar os sistemas naturais, com orientação a longo prazo, com o objetivo de combater desigualdades sociais, conservar a biodiversidade e nos levar a um caminho mais promissor.

Além disso, são propícias a gerarem riqueza com foco na sustentabilidade ambiental, social, econômica e capacidade cultural por meio da criação de recursos, diversidade e resiliência em todos os níveis de sociedade.

De uma forma complementar, o conceito de economia regenerativa está relacionado com outros termos como: economia verde, economia circular, economia donut, negócios de impacto, negócios socioambientais, capitalismo consciente e ESG (Environmental, Social and Governance).

As sociedades regenerativas precisam aceitar o ciclo contínuo e se tornar essencial para sustentar a vida no mundo natural. Tal desafio deve ser cumprido por todos: empresas, governos, instituições financeiras e formuladores de políticas, de forma a almejarmos redes saudáveis.

Por fim, a economia regenerativa é mais do que cuidar, pois constitui numa proposta para recuperar os danos ambientais causados pela atividade econômica e pela humanidade que, desde a revolução industrial, pressionam e impactam o meio ambiente.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento Regional, Docente do Departamento de Economia/ UFAM e ex-vice-presidente do CORECON-AM.

Publicado em: 26.03.23. Disponível em: Economia Regenerativa - Portal Único (portalunico.com)

INOVAÇÃO SOCIAL

Com a crescente necessidade de construção de conhecimento e soluções para a vida das pessoas, principalmente aqueles mais vulneráveis, o tema inovação social vem ganhando espaço nas discussões e estudos em todos os países do mundo.

A inovação social constitui num processo participativo onde os indivíduos beneficiados estão direta e indiretamente envolvidos no processo, tendo como objetivo a busca pela inclusão e bem-estar por meio de melhorias das relações sociais e dos processos de empoderamento, direitos universais e inclusão social.

Apesar de uma discussão recente, o termo inovação social tem o seu marco no século passado e faz parte de pesquisas nas áreas de sociologia, da psicologia, da história bem como da economia.

Ressaltamos que o processo de inovação não precisa estar direta ou indiretamente ligado a algum produto ou tecnologia, podendo ser implementado através de uma lei, um processo, um movimento ou na junção desses elementos.

As ações ligadas à inovação social podem ser associadas as ações da iniciativa privada, organizações não governamentais e sem fins lucrativos, governo, e sociedade civil organizada.

A inovação social possibilita que sejam criadas alternativas inovadoras com o objetivo de atender às demandas sociais que assolam a sociedade (desemprego, exclusão social, cultural e de gênero) e que por vezes são resultantes da ausência de políticas públicas.

Para que a inovação social seja colocada em prática, cabe aos atores locais buscarem se organizar em atividades pessoais e interpessoais com o intuito de implementar novas ideias, de forma a atender a um ou mais objetivos comuns.

Para os estudiosos da inovação social, buscar alternativas para mudar o cenário local consiste numa nova abordagem desenvolvimentista, pois considera como relevantes os fatores endógenos e frisa a participação imprescindível dos atores inseridos no contexto, pois são eles que enxergam os seus limites, as suas potencialidades bem como as suas vocações.

Para que a inovação social possa ser colocada em prática e produza resultados, devemos seguir as seguintes orientações: geração de ideias por meio do entendimento das necessidades e identificação de possíveis soluções; desenvolvimento de protótipo e ideias-piloto; avaliação, ampliação e difusão de bons negócios e no final, aprender e evoluir.

Por fim, a inovação social visa a busca por soluções para os problemas sociais tendo como base os valores locais e culturais.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento Regional, Docente do Departamento de Economia da UFAM, ex-vice-presidente do CORECON-AM.

Publicado em: 02.04.23. Disponível em: Inovação Social - Portal Único (portalunico.com)

SILVER ECONOMY OU ECONOMIA DA LONGEVIDADE

Seu negócio está preparado para vender para este promissor nicho de mercado? se a sua resposta for não, temos um problema.

Estima-se que este novo mercado a partir do consumo de produtos e serviços seja o responsável por movimentar o equivalente a R$ 2 trilhões por ano no país com tendência de crescimento para os próximos anos.

Não somente o mundo envelheceu, o Brasil também, e quais são estes números: de acordo com a ONU, em 2017, o mundo tinha 962 milhões de pessoas com mais de 60 anos. Em 2050, esse número passará para 2,1 bi – o equivalente a 25% da população mundial. No Brasil, temos hoje 37 milhões de idosos e seremos 68,1 milhões em 2050.

Apenas entre 2012 e 2021, 12,2 milhões de brasileiros ingressaram no grupo de pessoas com 60 anos ou mais. A expectativa é de que esse crescimento seja ainda mais acelerado nos próximos anos, com o maior envelhecimento da população brasileira.

De acordo com uma projeção do Instituto de Pesquisa Econômico Aplicada (IPEA), até 2100, 40,3% da população brasileira será de idosos.

A longevidade populacional é uma tendência mundial e que vem evoluindo a partir dos avanços médicos, dos tratamentos, da disponibilidade dos medicamentos e de vacinas. O termo, economia prateada, economia da longevidade ou 50+, foi definido pela Oxford Economics, ainda na década de 1970, que agrega as pessoas com mais de 50 anos.

O pioneirismo da Economia Prateada tem como foco o país mais velho do mundo, o Japão. A popularização do conceito bem como os movimentos em prol de um ambiente de oportunidades, teve como berço a França em 2015, quando a União Europeia fez um amplo estudo sobre o assunto e elegeu a França como nação a servir de espelho para as demais no que tange a olhar para o futuro e para a longevidade.

Este movimento impulsiona e impulsionará a criação de profissões, de postos de trabalho e o surgimento dos mais variados cursos, seja para profissionais de todas as idades que querem atender a este público, seja para contribuir para o estímulo ao raciocínio dos 50 (como aulas de games) ou auxiliando no uso de ferramentas tecnológicas ou mesmo na prestação de serviços no segmento de saúde ou lazer.

Em relação ao mercado de trabalho, eles têm muito a contribuir, uma vez que a rápida tomada de decisão é uma habilidade conquistada pela vivência acumulada; o equilíbrio e a liderança trazem a confiança e o respeito e estes profissionais carregam consigo o *networking* que fortalece e concretiza os negócios.

Em relação aos negócios, estamos observando uma explosão de empresas de tecnologias e *startups* abertas por este público ou mesmo que oferecem produtos e serviços para este novo mercado, uma conexão entre o tradicional, a inovação e o futuro.

Quanto às vendas para este promissor mercado, requer adaptações e segmentação de mercado além de ajuste nas comunicações e no atendimento. Além disso, 95% deste

público usa smartphone, 58% navegam por e-commerces e 31% conhecem novas marcas a partir das redes sociais, de acordo com estudos publicados pela Data8 e PipeSocial.

Por fim, a *Silver economy* ou economia da longevidade traz grandes oportunidade não somente para o varejo físico, mas principalmente para as vendas pela internet e principalmente pelas redes sociais.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento Regional, Docente do Departamento de Economia da UFAM, ex-vice-presidente do CORECON-AM.

Publicado em: 09.04.23. Disponível em: Silver Economy ou Economia da Longevidade - Portal Único (portalunico.com)

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Define-se turismo de base comunitária o tipo de turismo no qual a comunidade se organiza e presta serviços aos visitantes: levar para pescar, trabalhar como guia local, conhecer a roca, a casa de farinha, oferecer hospedagem, alimentação, etc.

É considerado um modelo alternativo ao turismo de massa e ao longo dos anos vem ganhando espaço entre os turistas que buscam por viagens mais consciente uma vez que as viagens priorizam a conservação da cultura e do ambiente natural, estimulando o desenvolvimento econômico da comunidade.

No turismo comunitário, cada membro e morador têm o poder de colaborar e definir os rumos do turismo local, possibilitando o desenvolvimento de uma atividade mais justa, equilibrada e sustentável. Nos roteiros, nada de grandes resorts ou restaurantes de luxo

O turismo de base comunitária tem como finalidade a relação entre a os visitantes e a comunidade e atende aos seguintes componentes da afinidade no turismo: educação no relacionamento; gestão ambiental, cultural e operacional; desenvolvimento pessoal: aprender/conhecer-ensinar/mostrar; melhoria da qualidade de vida: comunidade e visitantes.

O turismo de base comunitária contribui para a valorização da comunidade e permite a sua interação com os visitantes que vêm de outras realidades.

Além disso, oportuniza benefícios econômicos que contribuem para melhorar a qualidade de vida de todos uma vez que prepara a comunidade para inúmeras atividades econômicas.

O turismo de base comunitária é positivo, mas também pode acarretar impactos negativos, tais como: produção de lixo, falta de respeito com cultura e com a privacidade das pessoas; risco de transmissão de doenças; introdução de vícios (álcool e drogas) e prostituição bem como exploração e/ou manipulação da mão de obra comunitária.

Tal modelo é pautado nos seguintes princípios: Conservação da sociobiodiversidade, valorização da história e da cultura, protagonismo comunitário, equidade social, bem comum, transparência, partilha cultural, atividade complementar e educação, dinamismo cultural e continuidade.

O turismo de base comunitária contribui para o desenvolvimento local sustentável uma vez que produz benefícios territoriais endógenos que fortalecem as dimensões econômica, ecológica, social, cultural e política.

Por fim, o modelo possibilita que gestores públicos implementem ações que subsidiem políticas públicas para estimular empreendedores comunitários e investimento ao segmento. Ademais, o desenvolvimento local sustentável pode ser fomentado através de modelos de gestão do turismo.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento

Regional, Docente do Departamento de Economia da UFAM, ex-vice-presidente do CORECON-AM.

Publicado em: 16.04.23. Disponível em: Turismo de base comunitária - Portal Único (portalunico.com)

A TECNOLOGIA, A ECONOMIA E O DESENVOLVIMENTO

As transformações econômico-tecnológicas aqui denominadas de era digital ou era da informação tiveram o seu início no final da década de 1980 logo após a Era Industrial.

A era digital ou era da informação foi a grande responsável por profundas mudanças na economia e na sociedade. As informações digitais a partir deste processo passaram a fazer parte do cotidiano de todos os setores da economia (do mais simples ao mais complexo).

O universo digital trouxe o atendimento à internet e rede de computadores e os avanços desses meios de comunicação tendem a expandir a novas tecnologias que interajam com os outros meios eletrônicos já existentes. Pode-se até conjeturar que algumas tecnologias que existem atualmente, venham a ser substituídas por diferentes formas de interação.

A estrutura econômica também vem se transformando ao longo dos anos acompanhando o desenvolvimento tecnológico. Dessa forma, a união entre tecnologia e desenvolvimento oportuniza a crescente evolução eletrônica e econômica tão presente no nosso cotidiano.

A tecnologia também influenciou o mundo econômico, uma vez que incentivou a competitividade global a partir das inovações tecnológicas que por sua vez, servem de suporte para o desenvolvimento econômico.

Entre as diversas maneiras pelas quais a tecnologia contribui para a economia podemos destacar: meios de pagamento, economia compartilhada, educação, bancos digitais, investimentos, empreendedorismo, inteligência artificial.

Ademais, é com base em toda tecnologia disponível que foi possível alavancar a administração e o processo produtivo de empresas de todos os portes e das mais variadas áreas de atuação.

As mudanças no modo de consumo são consideradas os mais relevantes impactos da tecnologia sobre a economia e contribuem para melhorar a qualidade de vida dos *stakeholders.*

A tecnologia permite que se crie melhores resultados nos estudos planejados, com menor esforço e custo, além de consentir a criação de um desenvolvimento mais aprofundado e assertivo no produto final.

Com o passar os anos observamos que a tecnologia vem desenvolvendo uma quantidade enorme de soluções para contribuir com a economia em prol da sociedade e das empresas.

O lado bom disso tudo é a acessibilidade e democratização dos serviços e recursos. O lado ruim, talvez seja a preocupação constante com a segurança, já que muitas pessoas utilizam a tecnologia para criar novas formas de fraude.

Dessa forma, é preciso sempre estar atento à forma como o mercado se molda e quais são as soluções que realmente vêm para beneficiar o consumidor e a economia.

Por fim, é inegável que a tecnologia é o vetor para o desenvolvimento da economia e da sociedade.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento Regional, Docente do Departamento de Economia da UFAM, ex-vice-presidente do CORECON-AM.

Publicado em: 24.04.23. Disponível em: A tecnologia, a economia e o desenvolvimento - Portal Único (portalunico.com)

O ESG E O FUTURO DA AMAZÔNIA

O assunto ESG vem ganhando cada vez mais espaço num cenário onde empresas buscam sinergia entre sustentabilidade e negócios. Neste mesmo horizonte, têm-se discutido o futuro da Amazônia com foco no ESG.

Bom, mas o que é ESG? A sigla ESG (Environmental, Social and Governance) surgiu no ano de 2006 sendo apresentada ao mundo a partir de um documento da Organização das Nações Unidas (ONU) intitulado: Princípio para o Investimento Responsável.

Para a ONU: “não adianta nada uma empresa gerar uma montanha de dinheiro para os acionistas se ela fizer isso explorando os funcionários, causando devastação ambiental ou sonegando impostos”.

Assim, deixamos de avaliar as empresas apenas pelo âmbito econômico (lucratividade) e passamos a observar também a sua capacidade de colocar em prática ações sustentáveis e de promover o bem-estar das pessoas (ESG). Ademais, esta medição está diretamente vinculada ao valor e aos investimentos direcionados às companhias.

Mercadologicamente, as empresas estão mais do que engajadas neste desafio, uma vez que a perenidade de seus negócios estará ameaçada se as previsões mais pessimistas acerca da perda da biodiversidade, da intensificação das mudanças climáticas bem como dos desastres naturais se concretizarem.

Por conseguinte, o desafio também se estende ao compromisso de atender aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS’s) a partir de acordo firmado frente à Agenda 2030 e os 5Ps da sustentabilidade: Pessoas (ODS 1, 2, 3, 4, 5 e 10), Planeta (ODS 6, 7, 12, 13, 14 e 15), Prosperidade (ODS 8, 9 e 11), Paz (ODS 16) e Parceria (ODS 17).

E onde a Amazônia e sua biodiversidade se inserem neste novo contexto? O mundo desenvolvido já entendeu que a preservação da floresta Amazônica em pé contribui para alcançar a meta de redução da temperatura na terra e pode ser balizadora da compensação das emissões de empresas e países. Portanto, preservar a rica biodiversidade amazônica representa atender aos acordos firmados nas conferências internacionais (Acordo de Paris, por exemplo).

Sobre a Amazônia, suas singularidades são inúmeras: temos a maior biodiversidade ambiental do mundo, é lar de aproximadamente 20 milhões de brasileiros sendo 6 milhões que trabalham e sobrevivem da extração sustentáveis de alimentos e de matéria-prima oriunda da floresta, abriga 1/3 das florestas do mundo e tem capacidade de armazenar o equivalente a 450 bilhões de toneladas de CO_2.

A Amazônia é o novo pré-sal? De acordo com o Instituto Liberal, a floresta em pé rende ao Brasil algo em torno de US$ 1,83 trilhão por ano, mas temos um grande desafio que são os elevados e crescentes números do desmatamento.

Bom, já sabemos que a floresta em pé constitui valor, agora precisamos buscar um direcionamento para que possamos aproveitar esta oportunidade e criar uma “nova economia da floresta”.

Desafio posto, mas o processo é complexo: necessitamos de uma Amazônia reestruturada que apresente um modelo econômico sustentável com metas de avanços nos níveis de IDH e de preservação ambiental que seja uma "vitrine" para atrair "novos negócios" e investimentos estrangeiros.

Pauta-se que o ESG é uma oportunidade, para que no futuro, possamos reverter as injustiças geradas pelos atuais modelos e seus impactos sobre a região amazônica. Para tanto, precisamos transformar a Amazônia num destino seguro para investimentos e negócios buscando uma solução definitiva para o desmatamento.

Como dizia Peter Drucker, "Não podemos prever o futuro, mas podemos criá-lo".

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento Regional, Docente do Departamento de Economia da UFAM, ex-vice-presidente do CORECON-AM.

Publicado em: 29.04.23. Disponível em: O ESG e o futuro da Amazônia - Portal Único (portalunico.com)

ADAM SMITH E A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARA A ECONOMIA

A publicação da obra, A Riqueza das Nações: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações (1776), de Adam Smith, marca o nascimento da Economia como Ciência e já chamava a atenção para a importância da qualificação profissional através da educação como papel central para o impulsionamento da produtividade e mola propulsora para o crescimento econômico.

Para Smith, trabalhadores mais qualificados tenderiam a produzir mais e melhor do que aqueles que não possuíam qualificação.

O pai da economia afirma que a educação é benéfica para a economia de maneira indireta: "pessoas instruídas são mais conscientes de seu papel na estrutura produtiva, trabalhadores menos instruídos são desordeiros e atrapalham a hierarquia de posições econômicas".

Smith assume que trabalhadores instruídos são melhores do que aqueles que não o são. A qualificação da mão de obra também contribui para economias mais eficientes, pois o desempenho econômico é diretamente relacionado com a produção tecnológica dos países.

Como vimos, o pai da economia já sinalizava uma proximidade entre os aspectos educacionais e o crescimento econômico e nos faz refletir acerca da importância da teoria do capital humano para ganhos individuais e em prol do bem-estar coletivo.

A teoria do capital humano com foco na educação contribuiu de forma assertiva para a discussão sobre o crescimento uma vez que assegura que o investimento em capital humano é primordial para as economias: "A escolaridade dos trabalhadores aumenta a produtividade da economia".

A escolaridade, as novas habilidades e o nível de conhecimento individual também influenciam no processo de mudança tecnológica de uma nação promovendo o crescimento econômico.

Ainda para Smith, com base no capital humano, conclui-se que os países com maiores níveis educacional são aqueles mais desenvolvidos. O investimento em educação deveria ser a grande prioridade dos governos pois evidencia um movimento impulsionador no aspecto individual (rendimentos), aumenta a produtividade, impulsiona a mudança tecnológica e promove o crescimento econômico.

Assim, com a sinergia entre educação e qualificação profissional o capital humano estaria apto a oferecer de forma mais primorosa o seu trabalho, lembrando que para Smith: "o trabalho é a verdadeira riqueza de uma nação".

Portanto, existe uma relação muito próxima entre educação e trabalho e, quanto mais educação, mais reflexos positivos sobre a economia. Era o que já afirmava Adam

Smith em 1776 na sua obra: A Riqueza das Nações: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento Regional, Docente do Departamento de Economia da UFAM, ex-vice-presidente do CORECON-AM.

Publicado em: 07.05.23. Disponível em: Adam Smith e a importância da educação para a economia - Portal Único (portalunico.com)

ECONOMIA DA MODA

A moda reflete os desejos e comportamento de uma sociedade, gera emprego e renda contribuindo de forma direta e indireta para impulsionar toda uma cadeia econômica.

O mercado da moda apesar de ser economicamente relevante é um dos maiores poluidores, ficando atrás apenas do setor petroquímico.

Para se ter uma ideia, o setor é responsável por 20% de toda a produção de esgoto do mundo, por 10% da emissão de carbono, desperdiça o equivalente a um caminhão de lixo têxtil por segundo.

A atividade impacta sobre a água e seus ciclos, gera poluição química e contribui para a perda da biodiversidade, uma vez que conduz ao uso excessivo ou inadequado de recursos não renováveis e, por fim, já no final da cadeia, gera resíduos.

O movimento *fast fashion* ocorrido na década de 1990, contribuiu para elevar o impacto da atividade sobre a economia, a sociedade e sobre o meio ambiente pois introduziu um modelo de produção, consumo e descarte mais acelerado e com reposições de coleções não mais sazonalmente ou mensalmente, mas sim semanalmente.

Por *fast fashion* entende-se a moda rápida do varejo que designa a renovação constante das peças a serem produzidas, consumidas e descartadas com rapidez.

Analisando economicamente, as peças de vestuário representam um dos maiores faturamentos no e-commerce, com vendas que crescem em média 11,4% ao ano e tem a expectativa de faturar até 2025 o equivalente a US$ 1 trilhão.

De acordo com dados da Fundação Ellen McArthur, a produção de roupas dobrou nos últimos 15 anos e foi impulsionada pelo crescimento da classe média em todos os países do mundo, bem como pela alta das vendas *per capita* nos países desenvolvidos. Se a estimativa de crescimento do PIB global de 400% até 2050 se concretizar, elevará ainda mais a demanda por vestuário (cenário antes da pandemia).

Apesar de toda a importância, a moda é muito pouco explorada por estudos econômicos e não temos conhecimento de todos os seus efeitos ao longo da cadeia. Recentemente, despertou-se um certo interesse visto a ascensão da indústria criativa que está direta e indiretamente ligada ao segmento da moda.

O estudo da economia da moda também nos faz refletir acerca do encadeamento da produção, distribuição, circulação, consumo e descarte dos produtos bem como das relações mercadológicas entre o centro e a periferia do sistema capitalista.

A partir da crise de 2008, devido à um redirecionamento do mercado internacional, o Brasil entra no circuito global de moda e passa a ser um dos mais importantes países do mundo a receber e consumir tanto a moda estrangeira de luxo como a *fast fashion* (FALCONE, 2019).

No Brasil, o mercado da moda é o segundo maior gerador de empregos, com salário médio inicial de R$ 1,3 mil, mas que pode passar dos R$ 10 mil para os mais experientes.

A expectativa é de mais de 300 mil novos empregos até 2025, segundo a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit).

Além dos pontos abordados anteriormente, cabe a reflexão acerca dos impactos negativos da economia da moda na esfera social, pois milhares de pessoas são expostas a condições subumanas de trabalho.

De acordo com a Ong Remake, 75 milhões de pessoas trabalham na produção de roupas no mundo, 80% são mulheres entre 18 e 24 anos. Em Bangladesh, a mão de obra recebe em torno US$ 96 por mês.

Neste mesmo cenário, existe um movimento ligado à moda sustentável que vem ganhando força entre as grandes fabricantes. Tal movimento, não atende somente ao consumidor consciente que busca consumir produtos que causem um menor impacto socioambiental, também fomenta a necessidade de um reposicionamento estratégico das empresas na cadeia produtiva global.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento Regional, Docente do Departamento de Economia da UFAM, ex-vice-presidente do CORECON-AM.

Publicado em: 15.05.23. Disponível em: A Economia da Moda - Portal Único (portalunico.com)

ECONOMIA DA PESCA

Desde os primórdios da humanidade, o pescado constitui numa relevante fonte de proteína animal. Nas últimas décadas, observamos um crescimento da demanda mundial impulsionado pelo crescimento populacional.

A atividade pesqueira ainda é considerada a principal economia em algumas comunidades ao redor do mundo e para muitos países de economia frágil é a única fonte de renda.

A atividade pesqueira é uma prática secular e tendia à subsistência. Com o passar do tempo, o crescimento de vilas, comunidades e sociedades mais complexas exigiram uma adaptação para uma atividade de comercialização e geração de lucros.

Atualmente, a atividade pesqueira pode ser praticada tanto de forma artesanal como industrial.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e a Alimentação (FAO), a atividade emprega cerca de 30 milhões de pessoas em todo o mundo, número superior à população de muitos países.

Cerca de 35% da produção mundial é oriunda dos países asiáticos: China, Índia, Vietnã, Indonésia, Bangladesh e Filipinas. Tais países detém as maiores frotas de embarcações e fomentam o maior volume de investimento em tecnologia com foco no aumento da produtividade.

Em relação ao mercado, a oferta do produto está relacionada à decisão do produtor e do pescador que dependem do preço que o pescado pode alcançar no mercado e de quanto os consumidores querem e estão dispostos a pagar pelo produto.

Em relação ao impacto da atividade de cultivo sobre o meio ambiente (pegada ambiental) e emissão de gases de efeito estufa a atividade de pesca apresenta impacto inferior às outras fontes de proteínas.

A pesca predatória constitui num dos maiores problemas relacionados à atividade, pois não resguarda o período de reprodução das espécies comprometendo a vida marinha, bem como a oferta de produto no mercado.

Acerca do Brasil, a atividade representa um dos mais importantes setores produtivos do agronegócio, gera emprego e renda além de compor a pauta de exportações.

As peculiaridades naturais, abundância dos recursos hídricos, diversidade de espécies e clima favorável transformam o Brasil numa superpotência pesqueira com elevada vantagem competitiva.

De acordo com o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), a pesca é uma atividade comercial praticada ao longo de todo o litoral brasileiro, estendendo-se por mais de 8.500km de costa e de elevada importância socioeconômica para inúmeros trabalhadores destas regiões.

Levando-se em consideração o ano de 2020, de acordo com a Engepesca, a produção de peixes atingiu quase 803 mil toneladas no Brasil, um aumento de 38,7%, foi responsável por gerar $ 8 bilhões em receitas e foi responsável por 1 milhão de empregos diretos e indiretos.

Tal cenário, coloca o Brasil na quarta colocação entre os maiores produtores mundiais com destaque para o cultivo da Tilápia que representa 60% da produção nacional. Em relação aos peixes nativos, destaque para o Tambaqui com 35% e as demais espécies com 5%.

A baixa expressividade das espécies nativas deve-se à falta de investimento dos principais estados produtores, dificuldades logísticas e problemas de comercialização.

Acerca do desempenho por estado, temos: Paraná como líder nacional, São Paulo, Rondônia, Santa Catarina, Maranhão, Minas Gerais, Bahia e Goiás.

O Amazonas está na 18° colocação nacional entre as 27 unidades da federação. Destaque para a Matrinxã que é cultivada nos seguintes municípios: Rio Preto da Eva, Manacapuru, Manaus, Presidente Figueiredo e Iranduba. Além de Matrinxã, o Amazonas se destaca na produção do Pirarucu e do Tambaqui.

Entre os principais destinos das exportações do pescado brasileiro, temos: Estados Unidos, China e Colômbia que demandam a Tilápia, seguida por Curimatá e Tambaqui.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento Regional, Docente do Departamento de Economia da UFAM, ex-vice-presidente do CORECON-AM.

Publicado em: 22.05.23. Disponível em: A Economia da Pesca - Portal Único (portalunico.com)

DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO

O desenvolvimento endógeno é definido como uma forma específica de desenvolvimento econômico que se sustenta a partir da mobilização de recursos do próprio local ou território.

Os principais teóricos do desenvolvimento endógeno afirmam que este opõe-se ao já consagrado modelo de desenvolvimento exógeno que se baseia em investimentos externos (ou oriundas de outros estados ou regiões).

O modelo endógeno, se bem implementado, possibilita elevação de produtividade, competitividade, distribuição de renda e impacto ambiental reduzido.

Ademais, a endogeneidade deve incorporar e valorizar os seguintes fatores de produção: capital humano, ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, conhecimento e informação, instituições e meio ambiente. A combinação destes fatores de produção contribuem para acionar o núcleo criador e criativo da sociedade.

A teoria do desenvolvimento regional endógeno surgiu para contrapor os modelos clássicos de crescimento e visa a identificação de potencialidades regionais que possam alavancar o desenvolvimento local.

Assim, a teoria endógena considera que o desenvolvimento está relacionado à utilização, execução e valorização de recursos disponíveis no local onde as ações serão implementadas.

Além dos recursos disponíveis se faz necessária a introdução de inovações que contribuam para a alavancagem econômica, para a criação de riqueza e melhoria do bem-estar social e econômico.

O desenvolvimento endógeno impulsiona a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região, seguindo um processo que vem de dentro pra fora e de baixo para cima: alocação de recursos, política econômica e ativação social.

Neste cenário, as pequenas empresas e/ ou pequenos empreendimentos são os responsáveis por atividades relevantes na economia contribuindo para o surgimento e fortalecimento de aglomerações de empresas responsáveis pela fabricação de produtos semelhantes e com a identidade regional.

Dessa forma, afirmamos que o modelo de desenvolvimento endógeno é a estratégia mais assertiva para alavancar a economia de forma sustentável em regiões com baixa expressividade econômica e com predominância de população em situação de vulnerabilidade.

Por fim, devemos lembrar que é através da articulação de atores locais que se consegue viabilizar estratégias e projetos regionais integrados de forma sustentável e com valorização da identidade e cultura regionais.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento

Regional, Docente do Departamento de Economia da UFAM, ex-vice-presidente do CORECON-AM.

Publicado em: 31.05.23. Disponível em: Desenvolvimento Endógeno - Portal Único (portalunico.com)

LOGÍSTICA REVERSA

O que é Logística Reversa? Inicialmente, a Logística Reversa segue o princípio da sustentabilidade, sendo: “um instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada”.

Assim, a Logística Reversa visa a reinserção dos resíduos no ciclo produtivo impactando de forma positiva na mitigação da poluição ambiental, reduzindo o desperdício de insumos e incentivando a reutilização e reciclagem de produtos.

Para as empresas, a Logística Reversa proporciona eficiência econômica através de ganhos financeiros, reutilização de recursos e ganho de prestígio da marca, atendendo aos consumidores verdes ou consumidores conscientes.

A Responsabilidade Compartilhada também é abordada na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e é considerada um dos principais instrumentos para a realização da Logística Reversa uma vez que direciona a atenção para o ciclo de vida dos produtos.

Em relação ao ciclo de vida dos produtos, este é formado por uma série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de insumos e matéria-prima, processo produtivo, o consumo e a disposição final adequada e responsável.

Entre as inúmeras vantagens da Logística Reversa, destacamos: rentabilidade, melhoria no processo de solução, comunicação entre os clientes e fornecedores, novos produtos, consumidores conscientes, aumento da demanda, atendimento à legislação e compromisso com a responsabilidade.

Contudo, cabe aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos a prática da Responsabilidade Compartilhada, com o objetivo de reduzir os impactos gerados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos.

Temos uma legislação que direciona todo o processo, mas reforçamos aqui a necessidade do fortalecimento da Educação Ambiental de forma a conscientizar todos os atores da cadeia em relação às suas responsabilidades e respectivas ações no âmbito econômico, social e ambiental.

Por fim, muitos *stakeholders* já implementaram a Logística Reversa com o objetivo de atender a legislação e de gerar impacto positivo, mas cabe ao consumidor, que está no final da cadeia produtiva, descartar de forma correta os seus resíduos.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento Regional, Docente do Departamento de Economia da UFAM, ex-vice-presidente do

CORECON-AM.

Publicado em: 04.06.23. Disponível em: Logística Reversa - Portal Único (portalunico.com)

AMOR EM TEMPOS DE AUSTERIDADE ECONÔMICA

O Dia dos Namorados é a terceira data mais importante do comércio varejista, ficando atrás do Natal e do Dia das Mães. A data comemorativa vem há alguns anos superando o Dia das Crianças e o Dia dos Pais, consolidando-se como promessa de vendas e de movimentação em centros de compras.

As datas comemorativas foram criadas para estimular o consumidor a comprar, sendo relevantes para fortalecer os valores da sociedade, bem como o comportamento do consumidor.

Tais eventos comemorativos contribuem para elevar a temperatura da economia uma vez que promovem o aumento da produção, aquecem as vendas e contribuem para a geração de emprego e renda.

Em termos de vendas, o dia mais romântico do ano provoca um frenesi na economia e, para este ano, o setor varejista projeta um crescimento de 8% em relação ao ano passado. Em termos financeiros, estima-se que 100 milhões de pessoas saiam em busca de presentes para a pessoa amada.

Em relação às compras através do comércio eletrônico temos a previsão de aumento exponencial em todos os setores que devem permanecer aquecidos ao longo de todo o mês de junho visando a troca de presentes.

O otimismo dos comerciantes está elevado e especulam que a data movimente mais de R$ 23 bilhões, entre presentes e comemorações, com o ticket médio de R$ 232,00 (nacional) e de R$ 130,00 (Manaus).

Em relação ao estado do Amazonas a expectativa de crescimento de vendas em relação ao ano passado é de 2,9% o que provocará um impacto significativo na economia, pois teremos aproximadamente R$ 62 milhões em circulação (CDL Manaus).

Na difícil tarefa de escolher o presente ideal para agradar a pessoa amada, itens como: roupas, calçados e acessórios são os mais procurados, mas artigos de perfumaria, viagens, flores, joias, tecnologia e eletroeletrônicos, também fazem parte da lista.

Uma das curiosidades da atual pesquisa é que, cabe aos homens, as compras de presentes de maior valor agregado. Em relação às mulheres, um dos piores presentes são os ursinhos de pelúcia (fica a dica).

Em relação à inflação, dos 23 produtos e serviços mais procurados nesta data o aumento médio registrado foi de 4,8% se comparado aos últimos 12 meses.

A data em si aquece a economia desde as primeiras horas do dia, com cestas de café da manhã, almoço, jantares, uma sessão de cinema, bares, motéis, boates ou passeio ao shopping.

Apesar do otimismo, fatores como endividamento elevado e a inadimplência podem frustrar as expectativas de vendas, mas acreditamos que o amor superará todos estes obstáculos.

Por fim, o Dia dos Namorados já se consolidou como uma superdata que agita o varejo, aquece a economia, alavanca o crescimento, e que faz muita gente feliz.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento Regional, Docente do Departamento de Economia da UFAM, ex-vice-presidente do CORECON-AM.

Publicado em: 11.06.23. Disponível em: Amor em tempos de austeridade econômica - Portal Único (portalunico.com)

O POTENCIAL ECONÔMICO DAS FESTAS JUNINAS

As festividades juninas são relevantes para o turismo, para a geração de emprego e renda e contribuem para o fortalecimento da cultura local e regional uma vez que se encontram vinculadas à economia criativa e à economia da cultura.

Segundo o Ministério do Turismo, as festas juninas devem movimentar cerca de R$ 6 bilhões na economia e tem capacidade de envolver cerca de 26,2 milhões de pessoas nas cinco regiões brasileiras. Em relação ao ano de 2022, estima-se um aumento de 76%.

As festividades funcionam como motores propulsores para a economia e para o desenvolvimento sustentável das comunidades uma vez que promovem o intercâmbio cultural entre visitantes e moradores.

Ainda de acordo com o Ministério, as festas em homenagem aos santos Antônio, Pedro e João foram trazidas ao Brasil pelos europeus durante o período colonial e a cada ano ganham mais espaço na cultura nacional.

Acerca da economia criativa, considerada a economia do século XXI, a atuação ao longo dos festejos juninos contribui para gerar emprego e renda combatendo os elevados números do desemprego e da informalidade (10 milhões e 39 milhões, respectivamente, segundo o IBGE).

Além disso, as comemorações dos meses de junho e julho representam a possibilidade alegre de enfrentar as vulnerabilidades através de empreendimentos vinculados à cultura, conhecimentos e hábitos regionais.

A venda de vestimentas e adereços como chapéu de palha, roupas e acessórios incrementa a economia municipal e beneficia quem vive do artesanato. Acompanhada pela diversificada gastronomia, os sons e ritmos culturais e regionais.

Outro segmento que se beneficia das manifestações juninas é a hospedagem e hotelaria principalmente em regiões com festas já tradicionais, que por vezes se estendem ao longo dos meses de junho e julho.

As festas juninas impactam em toda a cadeia produtiva relacionada à cultura, bem como à economia, pois fomenta atividade desde o produtor rural de milho, até os produtores de bebidas alcoólicas e não alcoólicas.

A nível estadual, os festejos devem injetar na economia amazonense uma receita bruta de R$ 58 milhões com ticket médio de R$ 180,00 (CDL Manaus).

Por fim, partindo de um cenário macroeconômico ainda com dificuldades de recuperação e com fraco potencial de gerar emprego e aquecer o consumo, as festas juninas são com certeza um momento de expectativas positivas para a economia local e regional e tudo isso com o tempero da alegria e da animação típica dos brasileiros.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento Regional, Docente do Departamento de Economia da UFAM, ex-vice-presidente do

CORECON-AM.

Publicado em: 18.06.23. Disponível em: O potencial econômico das festas juninas - Portal Único (portalunico.com)

A RIQUEZA QUE VEM DA FLORESTA

Brasil, República Democrática do Congo e Indonésia, nações que concentram 52% do total de florestas tropicais do mundo estão unidas em prol da preservação de suas riquezas.

O objetivo da coalizão é valorizar a biodiversidade dos países e promover remuneração justa pelos serviços ecossistêmicos prestados pelas três nações, em especial, em relação ao crédito de carbono oriundo da floresta nativa.

As negociações tiveram início na COP26, que ocorreu em 2021, 140 líderes mundiais se comprometeram a juntar forças para reverter e conter o desmatamento, bem como incentivar grupos de trabalhos de produtores e consumidores de *commodities* de forma a orientá-los quanto as suas práticas de gestão e negócios.

Sabemos que as florestas tropicais são primordiais para evitar a catástrofe ambiental e, ao longo da COP27, a responsabilidade acerca das discussões relacionadas à preservação das florestas ficou sob a responsabilidade destas nações que nortearam as negociações referentes ao clima e diversidade com foco em finanças, gestão sustentável e restauração.

A união dos três países também recebeu o apelido de “cartel do bem ou OPEP das florestas” e através da assinatura do acordo trilateral têm a missão de colocar em prática propostas voltadas para o mercado de carbono, reduzir o desmatamento e garantir a preservação da cobertura florestal (manter a floresta em pé).

A aliança defende a necessidade de um audacioso mecanismo de pagamento baseado em resultados para reduzir o desmatamento e fomentar a preservação da floresta por meio da criação e fortalecimento de fundos globais semelhante ao Fundo Amazônia, com foco no combate ao desmatamento ilegal e predatório e manter a floresta em pé.

A aliança defende que sejam efetivados mecanismos de pagamento de recursos financeiros para países, estados e empresas que apresentem resultados positivos de redução do desmatamento e preservação da floresta.

Este ousado e interessante acordo de cooperação ambiental prevê ainda o incentivo a cadeias sustentáveis e à criação de projetos de recuperação de áreas degradadas. Além disso, também aborda a proposta de um mecanismo de financiamento com agregação de valor à conservação, recuperação e gestão sustentável das florestas com apoio e parceira do setor privado, dos povos indígenas e das comunidades locais.

A união entre os países almeja aprofundar a cooperação com a finalidade de desenvolver e promover a floresta tropical e a ação climática, com foco nas seguintes áreas: manejo sustentável e conservação da floresta tropical, bioeconomia para pessoas e floresta saudáveis e restauração de ecossistemas críticos e de florestas.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento Regional, Docente do Departamento de Economia da UFAM, ex-vice-presidente do CORECON-AM.

Publicado em: 26.06.23. Disponível em: A riqueza que vem da floresta - Portal Único (portalunico.com)

ECONOMIA COMPORTAMENTAL

A Economia Comportamental (EC) surgiu em meados da década de 1950, com o intuito de unir as descobertas da psicologia com a economia, tinha o propósito de criar modelos que descrevessem de maneira mais realista as escolhas dos indivíduos.

A Economia Comportamental tem como foco o estudo do comportamento humano e suas decisões de consumo, sejam aquisições cotidianas ou em ocasiões com valores mais altos. Seu embasamento busca respostas relacionando a economia com outras áreas, tais como: ciências sociais, neurociências e a psicologia.

A EC vem contrapor a visão da economia tradicional que foca no “homo economicus” que é descrito como um tomador de decisão racional, ponderado, centrado no interesse pessoal e com capacidade ilimitada de processar informações. Nessa nova abordagem, os estudiosos afirmam que os indivíduos tomam decisões com base em hábitos, experiência pessoal e regras práticas simplificadas.

Os economistas comportamentais buscam entender e modelar as decisões individuais e dos mercados a partir dessa visão alternativa a respeito das pessoas devidamente incorporadas aos modelos.

Com base na união destes conhecimentos sabe-se que os indivíduos fazem escolhas, mas de forma inconsciente. Assim, a Economia Comportamental contribui para o convencimento do consumidor por meio de estímulos que o levem a agir de um determinado modo.

Através deste conhecimento, as empresas podem e realizam ações que modelam o comportamento de compra do seu público com foco em melhores resultados, contribuindo para alavancar suas vendas. Um dos exemplos mais eficazes é o uso da palavra “grátis” ou do termo “por tempo limitado”.

Dessa forma, a Economia Comportamental constitui numa vertente da Ciência Econômica que analisa a influência de fatores cognitivos, emocionais, culturais, sociais e psicológicos nas decisões econômicas das pessoas.

Academicamente falando, em três oportunidades, sendo em: 1978, 2002 e 2013, cientistas e estudiosos ligados à Economia Comportamental foram reconhecidos com o Prêmio Nobel em Economia.

Em 1978, Herbert Simon, Ph.D. em Ciências Políticas, recebeu o Prêmio Nobel, pelo seu trabalho sobre racionalidade limitada. Posteriormente, a exploração das consequências da racionalidade limitada constituiu a base das pesquisas de Daniel Kahneman, Ph.D. em Psicologia, Prêmio Nobel de Economia em 2002 (com a contribuição do também psicólogo, Amos Tversky).

Já em 2013, o Prêmio foi concedido a três economistas norte-americanos: Eugene F. Fama, Lars Peter Hansen, da Universidade de Chicago, e Robert J. Shiller, da Universidade de Yale, pelo pioneiro trabalho sobre as análises empíricas dos preços de ativos”, identificando tendências nos mercados financeiros.

Por fim, cabe a contribuição da EC para as empresas de forma a entender a conexão entre o comportamento e a decisão de compra por parte dos consumidores. A partir do momento em que estas empresas conhecem melhor o perfil dos seus clientes, podem criar uma melhor interação e ações de marketing com esse público-alvo melhorando a performance de suas vendas, bem como os seus lucros.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento Regional, Docente do Departamento de Economia da UFAM, ex-vice-presidente do CORECON-AM.

Publicado em: 02.07.23. Disponível em: Economia Comportamental - Portal Único (portalunico.com)

UMA AMAZÔNIA DE OPORTUNIDADES

O modelo de crescimento amazônico nas últimas décadas impactou de forma negativa o meio ambiente ao mesmo tempo que contribuiu para o favorecimento de práticas ilegais pautadas na violência e criminalidade. Tal modelo, além de desestimular a busca por novas matrizes econômicas regionais, também expôs as populações locais à insegurança e à vulnerabilidade.

A partir da agregação de leituras chegamos à conclusão de que não temos uma única Amazônia, e sim, uma região heterogênea constituída por "várias amazônias" com potencialidades e desafios distintos bem como a presença de diferentes padrões de ocupação humana e uso da terra.

Quando falamos de "economia da floresta", a proposta é de substituir o modelo atual com práticas exploratórias e fazer uma transição para um mais produtivo e que concilie lucro com a preservação ambiental.

Para tanto, a economia da floresta deverá ser capaz de gerar produtos e serviços ambientais, melhorar as condições de vida da população que vive na floresta oportunizando a geração de emprego e renda para os amazônidas.

Assim, ao invés de desmatar e degradar, o foco deve ser restaurar e reflorestar: a recuperação de paisagens e floresta contribui para a recomposição da função ecológica e produtiva das áreas degradadas.

Ponto relevante nesta discussão é a necessidade do fortalecimento de empreendimentos socioambientais com foco na superação dos problemas sociais, econômicos e ambientais. Tais empreendimentos, tem o potencial de se transformarem em agentes indutores do desenvolvimento sustentável.

Outra proposta aqui pautada são as atividades agroflorestais que constituem numa forma de uso e ocupação do solo onde árvores são plantadas ou manejadas em associação com culturas agrícolas ou forrageiras, garantindo a melhora nos aspectos ambientais, bem como na produção de alimentos.

Um último destaque para esta "Amazônia de oportunidades" é a "bioeconomia amazônica" que compreende toda atividade econômica derivada de bioprocessos e bioprodutos contribuindo para soluções eficientes no uso de recursos biológicos – frente aos desafios em alimentação, produtos químicos, materiais, produção de energia, saúde, serviços ambientais e proteção ambiental com potencialidade para promover a transição para um novo modelo de desenvolvimento sustentável e em-estar social (CGEE-ODBio, 2020).

O que realmente temos certeza é de que o cenário amazônico demanda novos modelos de desenvolvimento, mais sustentáveis, menos desiguais e mais inclusivos com foco nas pessoas e no planeta.

O Brasil através da biodiversidade amazônica tem uma oportunidade única de transformar as vantagens comparativas em vantagens competitivas: liderança nos novos segmentos bioeconômicos, competitividade no uso e transformação dos recursos da biomassa e inserção em mercados internacionais.

Por fim, apesar de muito otimismo, ainda temos mais indagações do que respostas, entre elas: Quais são as capacidades e as competências brasileiras em bioeconomia que podem impulsionar o seu desenvolvimento? E, quais os desafios a serem superados?

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento Regional, Docente do Departamento de Economia da UFAM, ex-vice-presidente do CORECON-AM.

Publicado em: 09.07.23. Disponível em: Uma Amazônia de oportunidades - Portal Único (portalunico.com)

A COP30 E A ECONOMIA VERDE

Com a confirmação de Belém – PA como sede da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP) no ano de 2025 a região ganha novos holofotes, principalmente em relação ao Desenvolvimento Regional Sustentável e à Economia Verde.

A realização de um evento deste porte na região constitui uma oportunidade única, uma vez que o foco das discussões das COPs é a preservação das riquezas naturais (biodiversidade). Assim, nada mais emblemático do que realizar a Conferência no coração da Amazônia.

O evento ocorre anualmente e conta com a presença dos delegados governamentais dos países signatários da Convenção, que dispõem do poder de voto, além de jornalistas, integrantes de organizações não governamentais e demais convidados, que acompanham as discussões como observadores.

A realização do evento no Brasil é uma oportunidade para que possamos apresentar ao mundo uma agenda efetiva dos compromissos firmados nos eventos anteriores, bem como uma chance de assumir o posto internacional de “potência da Economia Verde” apresentando um modelo de desenvolvimento regional justo e sustentável.

Até o evento (em 2025), o Brasil tem o compromisso de reduzir drasticamente os números de desmatamento, adotar uma estratégia sólida de transição energética, evitar a exploração de petróleo e gás em áreas de preservação e reforçar a proteção aos povos e territórios indígenas bem como de áreas de preservação.

Além da preocupação com os compromissos da agenda ambiental, a realização do evento na Amazônia evidenciará as vulnerabilidades regionais, a violência e o descaso que assolam a região e que fazem parte do cotidiano dos amazônidas.

Lembrando que a região Norte, juntamente com a Nordeste, são as que apresentam os piores indicadores macroeconômicos dentre as regiões brasileiras, no caso: saúde, habitação, saneamento básico, desemprego, informalidade, escolaridade, Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

Dessa forma, levando-se em consideração a realidade regional, fica cada vez mais difícil apresentar ao mundo a Amazônia como um “Modelo de Desenvolvimento Regional Sustentável” sem falar do estado que sediará a COP30 (Pará) que registra os mais elevados indicadores de desmatamento entre os estados da Amazônia Legal.

Para tanto, vislumbra-se que a Economia Verde seja a solução mais promissora, uma vez que possibilitaria conciliar a geração de emprego e renda, respeito às populações locais e preservação ambiental com uso de tecnologias limpas, gestão sustentável dos recursos naturais e contribuiria para a redução das emissões de gases de efeito estufa.

De acordo com um estudo realizado pela coalizão AYA Earth Partners (2023) para que a Economia Verde seja implementada no Brasil faz-se necessário investimento em capital industrial a natural estimado entre US$ 35 bilhões a US$ 76 bilhões por ano, ou seja, entre 2 a 4% do PIB brasileiro.

Ainda segundo o estudo (2023), a Economia Verde poderá aumentar o PIB entre US$ 100 bilhões a US$ 150 bilhões anualmente até 2030, substituindo o modelo atual por um mais eficiente, baseado na natureza, positivo para o clima e centrado nas pessoas que vivem na floresta.

Apesar do cenário em descompasso com a proposta da COP, pensar num novo modelo econômico com foco na Economia Verde possibilitará, se bem estruturado, corrigir as distorções provocadas pelos modelos de desenvolvimento anteriormente implementados na Amazônia que seguiram o direcionamento industrial ou foram embasados a partir de atividades concentradoras de renda, não contribuíram para o crescimento econômico regional e impactaram negativamente no aspecto social e ambiental.

Por fim, não podemos achar que a “Economia Verde é a nossa bala de prata” pois ativos ambientais não garantem, de imediato, a resolução de problemas estruturais e regionais.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento Regional, Docente do Departamento de Economia da UFAM, ex-vice-presidente do CORECON-AM.

Publicado em: 16.07.23. Disponível em: A COP30 e a Economia Verde - Portal Único (portalunico.com)

ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Economia Solidária (ES) surge para contrapor a economia capitalista tradicional e representa uma alternativa de geração de trabalho e renda que tem como foco as populações mais vulneráveis, uma vez que favorece a inclusão social.

A Economia Solidária pode ser definida como sendo um conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizados sob a forma de autogestão.

De acordo com a NuMIEcoSol, o movimento à nível nacional teve início em 2003, em Porto Alegre, a partir da realização do Fórum Social Mundial. Posteriormente, tivemos a criação dos Fóruns Municipais, Estaduais, Regionais e o Brasileiro de Economia Solidária. Também fazem parte deste movimento, os Centros Públicos de Referência em Economia Solidária, as Associações e Instituições de Fomento, bem como as Rede de Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares (Rede Universitária de ITCPse Unitrabalho).

O pai do movimento e da Economia Solidária no Brasil é o economista, administrador, professor, escritor brasileiro e doutor em sociologia, Paul Singer.

Paul Singer, ao longo de suas obras defendeu a Economia Solidária como modelo produtivo tendo como base o associativismo, a solidariedade e a igualdade. Prevalecendo, dessa forma, o modo de produção baseado na propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual (2002).

Na década de 1980, a Economia Solidária tinha como principal objetivo o combate à fome, a miséria e o desemprego que assolavam a “década perdida”. Posteriormente e atualmente, o maior propósito é de fomentar a inclusão social e apoiar empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento local endógeno.

A ES é pautada nos princípios da autogestão, da democracia, da solidariedade, da cooperação, do respeito à natureza, da valorização do capital humano, do comércio justo e do consumo solidário e baseia-se na articulação de três tipos de economia: a economia mercantil, a economia não-mercantil e a economia não-monetária.

Num país com elevados indicadores de vulnerabilidade social e econômica e com milhões de trabalhadores desempregados e sem oportunidade de reingressar no competitivo mercado de trabalho, a Economia Solidária surge como uma alternativa ao modelo vigente e possibilita a inclusão social através de uma corrente que atende a todos os elos da cadeia produtiva integrando quem produz, quem vende, quem troca e quem compra.

Por fim, para que os empreendimentos baseados no princípio da solidariedade possam continuar contribuindo para a geração de emprego e renda para a população da base da pirâmide econômica precisamos de ajustes pautados no fortalecimento da Política Pública nacional, bem como a ampliação de investimentos públicos através das parcerias entre o Governo Federal, Estaduais, Prefeituras e Sociedade Civil Organizada.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento Regional, Docente do Departamento de Economia da UFAM, ex-vice-presidente do CORECON-AM.

Publicado em: 30.07.23. Disponível em: Economia Solidária - Portal Único (portalunico.com)

PARQUES ECO-INDUSTRIAIS E A ECONOMIA CIRCULAR

O padrão econômico capitalista adotado no pós-revolução industrial impactou direta e indiretamente sobre a sociedade, promoveu a geração de resíduos, estimulou a exploração de matéria-prima e ocasionou as mudanças climáticas.

Dada as preocupações ambientais e com o bem-estar da humanidade, bem como a vida na terra busca-se uma solução com base na economia sustentável, baseada no capitalismo natural (onde o ecossistema seja considerado o valor ativo de capital com aumento da produtividade dos recursos). Tal realidade, possibilita uma Nova Revolução Industrial aqui definida como Parques Eco-Industriais (Eco- Industrial Part – EIP).

Conceitualmente falando, os Parques Eco-Industriais (Eco-Industrial Park -EIP), surgiram na literatura em 1992, no Instituto Norte-Americano Indigo Development, a partir dos estudos de um grupo de pesquisadores das Universidades de Dalhousier e Cornell. Em 1994, a Agência Americana de Proteção Ambiental (EPA) premiou o Indigo Development, por seu projeto de implantação desenvolvido para o Triangle J. Institute. Em 1996, dezessete projetos se autodeclararam como parques eco-industriais (INDIGO DEVELOPMENT, 2005).

Segundo a Indigo Development (2005) um parque Eco-industrial pode ser definido como sendo “uma comunidade de indústrias, negócios e serviços situados em uma propriedade comum onde seus membros buscam o melhor desempenho ambiental, econômico e social através da cooperação e gerenciamento ambiental e dos recursos naturais que visam um benefício coletivo que seja maior do que a soma dos benefícios individuais que cada empresa obteria se somente aperfeiçoasse seu desempenho individual”.

Dessa forma, o objetivo de um Parque Eco-Industrial é melhorar o desempenho econômico das companhias integrantes ao minimizar seus impactos ambientais, através do projeto sustentável da infraestrutura e das fontes de energia (novas ou reutilizadas), da produção mais limpa e prevenção da poluição, da eficiência energética e da cooperação mútua entre as empresas. Ademais, também se preocupa com os benefícios para as comunidades vizinhas para se assegurar que o impacto real local gerado por seus serviços sobre o meio realmente seja positivo (INDIGO DEVELOPMENT, 2005).

Esse novo Modelo de Desenvolvimento Eco-Industrial implica a mudança da forma de planejar, construir e gerenciar os sistemas industriais, em conjunto com o ecossistema, a economia e a sociedade para o benefício mútuo.

Para a implementação da simbiose industrial nas atividades de um Parque Eco-Industrial, as ações de planejamento devem contemplar análises econômicas (verificar o potencial de retorno do investimento para alocação de materiais e pessoas) análises técnicas (tecnologias disponíveis) análises ambientais (identificar os parâmetros ambientais desejados) e medidas de regulamentação (ambientais e fiscais).

Os Parques Eco-Industriais constituem o futuro dos tradicionais Distritos Industriais uma vez que a necessidade de modernização em relação à gestão e a tecnologia constituem requisitos para que estes possam acompanhar as tendências mundiais em termos de sustentabilidade econômica e competitividade.

Nesta nova abordagem, os investimentos em sustentabilidade implementados para mitigar os impactos ambientais já não são mais considerados despesas e passam a serem avaliados como imprescindíveis no aspecto comercial e mercadológico.

Para atender a este novo cenário, a Economia Circular surge como balizadora, uma vez que fomenta o desenvolvimento sustentável ao longo da cadeia produtiva o que se traduz em respeito ao meio ambiente, economicidade e bem-estar social.

Ressaltamos que o processo de transformação envolve não somente as empresas instaladas nos distritos industriais, mas também seus fornecedores e impacta de forma positiva em toda a cadeia de suprimentos elevando o grau de competitividade das empresas.

Para que um projeto desta natureza seja efetivado, no entanto, é preciso interesse da comunidade e vontade política. Para tanto, também se faz necessário um processo de conscientização dos prognósticos do sistema capitalista atual e dos benefícios adquiridos através da harmonia com o meio ambiente.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento Regional, Docente do Departamento de Economia da UFAM, ex-vice-presidente do CORECON-AM.

Publicado em: 06.08.23. Disponível em: Parques Eco-industriais e a Economia Circular - Portal Único (portalunico.com)

PARÁ É VITRINE DE DESAFIOS E PROBLEMAS

O estado do Pará escolhido para sediar a Cúpula da Amazônia e a COP30 em 2025, constitui a fotografia dos desafios e problemas regionais apresentando ao mundo, as vulnerabilidades socioeconômicas comuns aos estados amazônicos.

Entende-se por vulnerabilidade socioeconômica a situação de famílias no limiar da pobreza, em condições de habitação inadequadas e com perspectivas limitadas de formação de capital humano, a partir da presente geração de crianças. Neste sentido, o termo expressa a suscetibilidade à perda de qualidade de vida (à perda de renda e ao acometimento de doenças), intensificada pela probabilidade de reprodução intergeracional desta mesma suscetibilidade (IPEA).

O estado do Pará desde 2006 lidera a lista de desmatamento em terras indígenas e segue no processo de ampliação de áreas de pastagens. Ademais, anualmente bate recordes de queimadas que impactam diretamente sobre o maior bioma do planeta.

É na grandiosidade amazônica que encontramos os mais preocupantes resultados do Índices de Vulnerabilidade Social (IVS) e do Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e pouco ou nenhuma oferta de serviços de infraestrutura básicas, como por exemplo: fornecimento de água potável, rede de esgoto, coleta de lixo, saúde, saneamento básico, portos, energia elétrica e telecomunicações.

Já existe um consenso entre os especialistas de que o desmatamento só contribui para piorar o desenvolvimento social regional uma vez que impacta negativamente no Indice de Progresso Social (IPS) que se fundamenta em três dimensões: necessidades humanas básicas, fundamentos para o bem-estar e oportunidades (Imazon) e é buscando soluções assertivas para combatê-lo que poderemos mudar a realidade regional.

Acerca do desmatamento e suas atividades ilegais, este constitui no maior desafio amazônico e sua redução contribuirá para melhorar as condições do ambiente econômico propiciando um espaço favorável aos investimentos (inclusive estrangeiros) e como consequência, alcançaremos a prosperidade regional.

Para o mundo, a Amazônia, bem como sua cobertura florestal é considerada protagonista das soluções da agenda climática e sua urgência. Por esse motivo, a Cúpula da Amazônia invoca a cooperação internacional com o propósito de proteger a floresta, suas riquezas e seus habitantes em prol da sustentabilidade ambiental e social.

O evento oportunizou um espaço para a discussão dos seguintes temas: sistema climático na Amazônia, gestão regional e saúde, conservação e proteção dos recursos naturais renováveis, infraestrutura e transporte, questões indígenas e mulheres, jovens e negros da região amazônica.

Infelizmente, ao final da Cúpula da Amazônia tivemos muitas promessas e poucos avanços concretos principalmente no que tange às metas comuns de desmatamento zero com o protagonismo dos países que compõem a Organização do Tratado de Cooperação

Amazônica (OTCA), até 2030. Evidenciando assim, a complexidade da agenda ambiental e as divergências entre os envolvidos (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela).

Por fim, a Declaração de Belém apresenta ao mundo uma lista de compromissos em comum para a região amazônica, mas não abrange soluções, prazos ou fontes de financiamento e o tempo exige medidas rápidas e assertivas em prol da proteção da floresta, seus habitantes e de combate às mudanças climáticas.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento Regional, Docente do Departamento de Economia da UFAM, ex-vice-presidente do CORECON-AM.

Publicado em: 13.08.23. Disponível em: Pará é vitrine de desafios e problemas - Portal Único (portalunico.com)

DECLARAÇÃO DE BELÉM: COMPROMISSO EM PROL DA AMAZÔNIA

Ao final de qualquer evento internacional de grande relevância apresenta-se ao mundo um documento devidamente assinado pelos membros participantes. No caso da Cúpula da Amazônia, o produto final foi a Declaração de Belém.

A Declaração de Belém foi construída a partir das propostas apresentadas pelos países, baseadas em contribuições da sociedade civil, academia, centros de pesquisa, agências e demais órgãos governamentais ao longo da programação dos Diálogos Amazônicos encaminhadas à Cúpula da Amazônia.

A Cúpula da Amazônia que ocorreu em Belém-PA entre os dias 08 e 09 de agosto, abordou ao longo da discussão questões cruciais relacionadas à preservação e gestão sustentável da Amazônia direcionando ações futuras em prol da proteção do ecossistema regional.

A Declaração de Belém constitui um documento contendo prioridades, compromissos e 113 objetivos para a proteção da Amazônia. Os direcionamentos apresentados visam o aproveitamento das potencialidades regionais com o objetivo de gerar emprego e renda de forma sustentável beneficiando o povo da floresta, bem como os conhecimentos tradicionais e a cultura regional.

O documento é composto pelos seguintes temas: fortalecimento institucional da OTCA; Cidades amazônicas; Ciência, educação e inovação: conhecimento e empreendedorismo na Amazônia; monitoramento e cooperação na gestão de recursos hídricos, mudança do clima, proteção das florestas, das zonas costeiras amazônicas, de ecossistemas vulneráveis e da biodiversidade, cooperação policial, judicial e de inteligência no combate a atividades ilícitas, incluindo crimes ambientais, infraestrutura sustentável, economia para o desenvolvimento sustentável, reconhecimento das culturas amazônicas, segurança e soberania alimentar e nutricional, proteção social, direitos humanos e participação social, saúde e cooperação diplomática.

Limitações e frustrações fazem parte do texto final, pois não foram estabelecidas metas compartilhadas para a redução do desmatamento, nem apresentadas ações concretas para prevenir o ponto de irreversibilidade da Amazônia e, em nenhum momento, avançou-se em propor ações em prol da proibição da exploração petrolífera na região.

Ao longo do documento, destacamos o compromisso dos países - Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela - em pressionarem as nações desenvolvidas a fornecerem recursos para a mitigação dos impactos das mudanças climáticas e do fortalecimento de medidas de proteção à população indígena, bem como dos direitos humanos e territoriais.

Encerrado o evento, nos resta torcer para que os compromissos firmados pelos países membros possam ser traduzidos em ações concretas no âmbito municipal, estadual e federal, de forma a impulsionar o bem-estar regional e a sustentabilidade ambiental.

Por fim, reiteramos que as deliberações da Cúpula da Amazônia cristalizadas a partir da Declaração de Belém serão levadas à Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (COP28) que ocorrerá em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos nos meses de novembro e dezembro de 2023 que tem o compromisso de repensar e reorientar a agenda climática.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento Regional, Docente do Departamento de Economia da UFAM, ex-vice-presidente do CORECON-AM.

Publicado em: 21.08.23. Disponível em: Declaração de Belém: compromisso em prol da Amazônia - Portal Único (portalunico.com)

ÍNDICE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES

Conforme o Relatório Mundial das Cidades apresentado pela Organização das Nações Unidas (ONU), até o ano de 2050, 68% da população mundial residirá na zona urbana (ONU – Habitat, 2022), o que exigirá um movimento de adaptação destes espaços com o propósito de garantir o bem-estar social e a sustentabilidade.

A discussão acerca da adaptação das cidades com foco na sustentabilidade é objeto do ODS11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, que evidencia o compromisso de transformar cidades e assentamentos humanos em espaços inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

As cidades sustentáveis são relevantes para o meio ambiente, para a economia e para a sociedade. Fomentam baixo impacto ambiental (utilizam recursos naturais de forma eficiente, reduzem o lixo, a poluição do ar e da água bem como o consumo de energia). São consideradas economicamente viáveis, pois apresentam um bom planejamento urbano, fazem uso de tecnologias limpas e, por esse motivo, conseguem atrair investimentos.

Além disso, oferecem condições de vida adequadas a todos, pois dispõem de transporte público eficiente, espaços verdes, educação de qualidade e serviços públicos adequados além de conciliarem o desenvolvimento urbano com a proteção do meio ambiente.

Infelizmente, o Brasil dispõe de poucas cidades que oferecem estes espaços adequados e parte significativa destas concentram-se nas regiões Sul e Sudeste do país.

De acordo com do Instituto Cidades Sustentáveis onde é possível verificar o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC), sete em cada dez municípios brasileiros apresentam nível baixo ou muito baixo de desenvolvimento sustentável.

O IDSC é composto por 100 indicadores que juntos contribuem para definir o desempenho das cidades no cumprimento do 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) dispostos na Agenda 2030.

Ainda para o Instituto, o IDSC é uma ferramenta que tem o propósito de gerar um movimento de transformação nas cidades brasileiras. Uma vez que, oportuniza a orientação e ações, define as referências e metas com base em indicadores de gestão, o que contribui para facilitar o monitoramento dos ODS em nível local.

No relatório também é possível observar que, em todo o país, 3.970 cidades foram avaliadas com nível baixo ou muito baixo de desenvolvimento o que corresponde a 71% do total. No mesmo documento, observamos a disparidade regional ou o atraso no desenvolvimento da região amazônica, que aparece numa situação preocupante com o nível muito baixo de desenvolvimento.

A Amazônia é o bioma com o pior índice quando avaliada a média de todos os municípios, nove, das dez cidades brasileiras com o pior nível de desenvolvimento sustentável estão na Amazônia. Espaço este que é habitat de 30 milhões de pessoas, sendo que 75% residem em cidades.

A região enfrenta uma relação conturbada entre urbanização e desmatamento apresentando elevados indicadores de perda da biodiversidade e de exploração econômica ilegal.

Os desafios amazônicos são inúmeros e vão desde o compromisso de reduzir a zero o desmatamento, demarcar as terras indígenas e apoiar os quilombolas e ribeirinhos. Tal cenário só dificulta a melhoria dos indicadores sociais, econômicos e de sustentabilidade.

Por fim, o compromisso da Amazônia com a sustentabilidade só poderá ser cumprido se houver uma política assertiva com foco no melhoramento das cidades, uma vez que somente a promoção de uma vida digna para os amazônidas fará com que se alcance o resultado no combate ao desmatamento e exploração ilegal em toda a região.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento Regional, Docente do Departamento de Economia da UFAM, ex-vice-presidente do CORECON-AM.

Publicado em: 27.08.23. Disponível em: Índice do Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Portal Único (portalunico.com)

BRICS+

A notícia do ingresso de novos países no BRICS ao longo da 15ª Cúpula, realizada em Joanesburgo, na África do Sul, provocou alvoroço acerca de uma possível alteração no acrônimo já consolidado no mercado. a partir de 2024, Arábia Saudita, Argentina, Egito, Emirados Árabes, Etiópia e Irã serão membros permanentes.

Pouca gente conhece a origem dos BRICS. A ideia foi formulada pelo economista-chefe da Goldman Sachs, Jim O'Neil, através de um estudo publicizado, em 2001, no meio econômico-financeiro, empresarial, acadêmico e de comunicação, intitulado: "Building Better Global Economic BRICs".

Posteriormente, em 2006, o conceito apresentado pelo economista originou um agrupamento entre os seguintes membros: Brasil, Rússia, Índia e China. Em 2011, devido à reunião da Cúpula, a África do Sul passou a integrar o grupo dando origem à sigla atual com a inicial dos países membros: BRICS.

Ressaltamos que o agrupamento tem um caráter informal uma vez que não dispõe de um documento constitutivo e nem de um secretariado fixo, mas tem um banco (Banco dos BRICS ou Novo Banco de Desenvolvimento) e se destaca pelo grau de institucionalização através da interação entre os seus membros.

O peso econômico dos BRICS é grandioso, não passa despercebido e é objeto de preocupação por parte dos países que integram o G20. O Produto Interno Bruto (PIB) do BRICS, atingiu US$ 25,9 trilhões no ano de 2022.

A soma de tudo o que foi produzido pelos 5 países membros no ano passado representa 25,5% da atividade econômica global. A coalizão é considerada relevante não somente pelo seu peso econômico e reformista, mas também pelo caráter geopolítico a partir de uma redistribuição internacional.

Os novos membros despertam preocupação tanto na comunidade internacional acerca das sanções americanas sobre o Irã, por exemplo, bem como das divergências deste último país em relação aos demais membros tais como: Arábia Saudita, Egito e Emirados Árabes Unidos o que torna o agrupamento cada vez menos coeso.

Juntos, os membros atuais somam 3,23 bilhões de habitantes o equivalente a 40,7% da população mundial o que lhes garante um papel relevante no avanço econômico, demanda mundial, aumento de produção e emprego dispondo de um volume expressivo de capital humano jovem e de qualidade (PEA - População Economicamente Ativa).

Acerca do futuro do grupo, em função desta nova coalizão, espera-se que tal movimentação gere um polo de investimento e equilíbrio na estrutura internacional, alterando a geopolítica mundial.

Ao fim da Cúpula, pouco se avançou acerca das discussões de alternativas ao dólar, adesão a uma moeda única, bem como das negociações acerca do conflito entre Rússia e Ucrânia que ficaram em segundo plano. Esta nova configuração amplia o bloco, favorece

a China, mas o futuro dependerá da exploração de novas rotas comerciais desconhecidas pelos atuais países membros.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento Regional, Docente do Departamento de Economia da UFAM, ex-vice-presidente do CORECON-AM.

Publicado em: 03.09.23. Disponível em: BRICS + - Portal Único (portalunico.com)

TECNOLOGIAS SOCIAIS EM PROL DO DESENVOLVIMENTO LOCAL ENDÓGENO

A ciência e a tecnologia estão cada vez mais presentes na vida das sociedades e constituem elementos essenciais para as mais variadas atividades humanas, produzindo grandes transformações na natureza, bem como nas relações sociais.

As tecnologias são amplamente requisitadas socialmente com o objetivo de produzir um novo patamar de desenvolvimento participativo oportunizando conhecimento para todos. Neste cenário, temos as Tecnologias Convencionais (TC) e as Tecnologias Alternativas (TA) com destaque para as Tecnologias Sociais (TS).

Acerca das Tecnologias Sociais (TS) caracterizam-se como alternativas mais eficazes para a solução de problemas sociais, sendo vetores para a adoção de políticas públicas que abordem a relação social da ciência e tecnologia objetivando o Desenvolvimento Local Endógeno.

Em relação ao Desenvolvimento Local Endógeno, este é definido como uma forma específica de desenvolvimento econômico que se sustenta a partir da mobilização de recursos do próprio local ou território além de levar em consideração os conhecimentos tradicionais, locais e culturais.

A Teoria do Desenvolvimento Local Endógeno surgiu em contraposição aos modelos clássicos de crescimento e visa a identificação de potencialidades regionais que possam alavancar o desenvolvimento do local. O Desenvolvimento Local, por sua vez, se bem implementado, possibilita a elevação da produtividade, da competitividade, a distribuição de renda e possibilita impacto ambiental reduzido.

Assim, este tipo de desenvolvimento deve valorizar e incorporar relevantes fatores de produção, com destaque para: capital humano, ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, conhecimento e informação, instituições e meio ambiente, uma vez que a combinação destes, contribuem para acionar o núcleo criador e criativo da sociedade.

O Desenvolvimento Local Endógeno impulsiona a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região, seguindo um processo que vem de dentro pra fora e de baixo para cima: alocação de recursos, política econômica e ativação social.

Assim, podemos concluir que as Tecnologias Sociais constituem uma forma assertiva para se alcançar o Desenvolvimento Local Endógeno, uma vez que fomentam a participação direta da população, bem como uma maior utilização do potencial existente no território. Como resultado, teremos rendimentos crescentes, impacto social através das experiências e saberes locais e lá no final da cadeia um amplo processo de transformação social e proteção ambiental.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento

Regional, Docente do Departamento de Economia da UFAM, ex-vice-presidente do CORECON-AM.

Publicado em: 10.09.23. Disponível em: Tecnologias Sociais em prol do Desenvolvimento Local Endógeno - Portal Único (portalunico.com)

OBJETIVOS PARA UM MUNDO MELHOR

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram apresentados ao mundo em 2015 durante a Assembleia Geral das Nações Unidas que contou com a participação de 193 Estados-membros. Os ODS, como são conhecidos, definem metas mundiais para os próximos anos com o propósito de um mundo melhor e que "ninguém seja deixado para trás".

O compromisso firmado partiu de quatro principais dimensões: social, ambiental, econômica e institucional. Totalizando assim, 17 Objetivos e 169 metas globais interconectadas a serem alcançadas até 2030. Por esse motivo, chamamos de Agenda 2030.

A agenda 2030 é amplamente comprometida com o desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza, com a igualdade e justiça. A proposta tem como base os seguintes princípios orientadores: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias (também conhecidos como "Os 5 P's").

Os ODS's constituem um apelo universal para a ação em prol do crescimento sustentável e da promoção da cidadania sendo norteados por iniciativas a serem desenvolvidas em conjunto entre o setor público, o setor privado, as instituições e as organizações.

Você conhece os 17 ODS's? Eles são enumerados da seguinte forma e como já mencionamos, são interconectados:

1. Erradicação da pobreza de todas as formas e em todos os lugares; 2. Erradicação da fome, melhora da nutrição e segurança alimentar e promoção da agricultura sustentável; 3. Garantia do acesso à saúde de qualidade e promoção do bem-estar para todas as idades; 4. Garantia do acesso à educação de qualidade, inclusiva e equitativa e a oferta de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; 5. Alcance da igualdade de gênero e empoderamento de meninas e mulheres; 6. Garantia da disponibilidade e gestão sustentável de água potável e saneamento; 7. Garantia ao acesso de fontes de energia limpas e modernas; 8. Promoção do trabalho decente, pleno e digno e crescimento econômico sustentável;

Dando continuidade, temos: o 9. Promoção da indústria sustentável e da infraestrutura resiliente e fomento da inovação; 10. Redução das desigualdades nos países; 11. transformação das cidades e comunidades em lugares mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; 12. Garantia de padrões de consumo e de produção sustentáveis; 13. Adoção de medidas urgentes para combater as mudanças climáticas e seus impactos; 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos; 15. Proteção, restauração e promoção do uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerenciamento sustentável de florestas e combate à degradação do solo e perda de biodiversidade; 16. Promoção de sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável,

acesso à justiça para todos e construção de instituições responsáveis, eficazes e inclusivas; 17. Reforço dos meios de implementação e revitalização da parceria global para o desenvolvimento sustentável.

O Brasil foi protagonista na elaboração dos ODS's, bem como da redação final da Agenda 2030. Mas de acordo com o Relatório Luz está atrasado no cumprimento de mais de 80% das metas. Ademais, sofre um apagão de dados e de informações o que dificulta o monitoramento dos compromissos.

E você, como tem contribuído para os ODS's? e para a agenda 2030? Você sabia que o engajamento individual também é relevante para o cumprimento das metas?

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento Regional, Docente do Departamento de Economia da UFAM, ex-vice-presidente do CORECON-AM.

Publicado em: 17.09.23. Disponível em: Objetivos para um mundo melhor - Portal Único (portalunico.com)

"A HUMANIDADE ABRIU AS PORTAS DO INFERNO" COM A CRISE CLIMÁTICA[1]

Com o propósito de intensificar os debates acerca da crise climática e preparar a discussão para a COP28, o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, convocou os mais influentes chefes de estado e líderes empresariais para o que denominou de "Cúpula da Ambição Climática".

O evento ocorreu em Nova York e contou com a presença de cerca de 34 estados membros com destaque para: Canadá, União Europeia, Paquistão, África do Sul, Tuvalu e Brasil. Contudo, os principais poluidores, como: China e Estados Unidos não se fizeram presentes, frustrando ambientalistas.

Durante a abertura, Guterres alertou que "se nada mudar, vamos atingir um aumento de 2,8°C na temperatura global e caminhar em direção a um mundo perigoso e instável". Segundo o secretário: "a era do aquecimento global acabou, a era da ebulição global chegou".

Durante a abertura, chamou a atenção do mundo a ausência dos Emirados Árabes que serão sede da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas entre novembro e dezembro deste ano na Expo City, em Dubai. A COP28 reunirá quase 200 países e terá como foco a primeira avaliação oficial do Acordo de Paris assinado em 2015.

A Cúpula da Ambição Climática, tem como objetivo o estímulo às ações de países e empresas cujos planos climáticos não estejam alinhados com a meta climática global. Para o encontro, pela primeira vez na história, estiveram presentes o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a cidade de Londres e o estado da Califórnia.

O Cúpula propõe o detalhamento das ações e a publicização do progresso por parte dos países em relação às mudanças climáticas. Ademais, um dos mais relevantes pedidos do secretário-geral da ONU é que os formuladores de políticas dos países intensifiquem esforços para controlar as emissões de gases que causam o aquecimento global.

Guterres, destacou que: "é necessário que os países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE) parem de usar o carvão, o pior dos combustíveis fósseis, até 2030 e o resto das nações até 2040. Além disso, pediu o fim da ajuda pública aos combustíveis fósseis, que um relatório recente do Fundo Monetário Internacional (FMI) estimou em US$ 7 trilhões só em 2022, o equivalente a 7,1% do PIB global".

Acerca da participação brasileira no evento. Coube à Ministra do Meio Ambiente, anunciar o compromisso do Brasil em relação à redução das emissões: em 48% até 2025 e em 53% até 2030. Trata-se de um avanço em termos de compromisso, mas em números absolutos, voltamos aos níveis apresentados em 2015.

1 Esta declaração marcou o discurso do secretário-geral da ONU, António Guterres, durante a Cúpula da Ambição Climática em Nova York.

Ainda parafraseando do secretário-geral da ONU, “a ação climática é ofuscada pela magnitude do desafio, esta conferência começou com a definição de Cúpula de Ambição Climática e terminará como a Cúpula de Esperança Climática”. Será?

Por fim, de acordo com o Relatório Síntese sobre Mudanças Climáticas 2023 lançado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) “ações urgentes contra a mudança climática, são necessárias para garantir um futuro habitável”.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento Regional, Docente do Departamento de Economia da UFAM, ex-vice-presidente do CORECON-AM.

Publicado em: 24.09.23. Disponível em: “A humanidade abriu as portas do inferno” com a crise climática - Portal Único (portalunico.com)

ECONOMIA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A busca incessante pelo progresso, evolução e crescimento econômico rumo ao desenvolvimento, modernidade e industrialização passou a vigorar logo após a Revolução Industrial constituindo a grande referência e padrão para o desenvolvimento da maioria dos países.

O acelerado aumento da demanda por recursos naturais vem promovendo alterações ambiental em maior velocidade, intensidade e amplitude contribuindo para a aceleração dos efeitos climáticos.

Mediante o atual cenário, apesar das afirmações acerca da existência das mudanças climáticas, pouco ou quase nada tem sido feito no que tange a incluir quaisquer alterações nas agendas governamentais. Quanto à sociedade, poucos tem a percepção da gravidade das mudanças ou mesmo dos possíveis impactos sobre o seu cotidiano socioeconômico.

“Visões míopes criam um ambiente favorável à adoção da posição de que a questão das mudanças climáticas é um problema exclusivamente ambiental, remetendo os estudos realizados a um lugar comum, um “discurso ambientalista”. Mas, é urgente compreender que apesar de possuir um componente ambiental evidente, as mudanças climáticas não são somente um problema ambiental, é uma grave ameaça ao sistema socioeconômico (MOTA, GAZONI e GÓES, 2014, p.5).

Economicamente falando, de acordo com a Agência de Risco S&P Global, até 2050, as mudanças climáticas devem provocar anualmente perdas de 4% na produção econômica global atingindo regiões mais vulneráveis do mundo de forma desproporcional. Acerca dos países mais vulneráveis, estima-se um impacto de no PIB 3,6 vezes maior do que em nações ricas.

O Relatório do Fórum Econômico Mundial alerta que países cuja economia tenha como base o setor agrícola, como o Brasil, serão consideravelmente afetadas. Uma vez que o aumento da temperatura pode reduzir a produção agrícola e elevar as perdas de maneira drástica provocando escassez de alimentos.

Impactos sobre a atividade agrícola, seja uma seca mais prolongada ou geadas mais intensas, tendem a gerar inflação de produtos alimentícios (reduzindo o poder de compra das famílias pois eleva o valor dos produtos que compõem a cesta básica), pois as variações climáticas dificultam o planejamento do plantio afetando a produtividade das lavouras e as colheitas.

Ademais, cerca de 30% da produção é definida pelo clima, insumos, fertilizantes e genética e que as práticas agrícolas são responsáveis por 70% da produtividade. Dessa forma, qualquer alteração no clima afeta a produtividade independente do investimento realizado em tecnologia, por exemplo.

Secas em períodos mais quentes do ano, aumento da incidência de incêndios florestais, perda de floresta e da biodiversidade, inundações e erosões nas áreas mais

baixas e próximas do litoral, aumento da incidência de doenças como malária e dengue, sazonalidade das precipitações com possíveis impactos nos fluxos de água na bacia do Amazonas e alterações na distribuição das espécies além do processo de savanização são os prováveis impactos das mudanças climáticas sobre a região amazônica (2014, p.13).

O fenômeno da seca registrado no Amazonas no ano de 2023 agravada pelo fenômeno El Niño, deve impactar cerca de 520 mil pessoas, sendo mais severa para a população ribeirinha que enfrenta o risco de isolamento e escassez de alimentos. Para se ter uma ideia, dos 62 municípios, 17 estão em estado de emergência e 38 em alerta.

As mudanças climáticas afetam o desenvolvimento do país fragilizando ainda mais suas economias, elevam a pobreza, a fome, a miséria e a desigualdade impactando diretamente sobre a população desassistida e regiões mais vulneráveis.

Por fim, não podemos esquecer que o planeta é um sistema interconectado de forma que o funcionamento da economia depende da manutenção do equilíbrio do clima e que qualquer alteração gera um efeito em cascata de consequências graves.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento Regional, Docente do Departamento de Economia da UFAM, ex-vice-presidente do CORECON-AM.

Publicado em: 01.10.23. Disponível em: Economia das Mudanças Climáticas - Portal Único (portalunico.com)

A SECA E A ECONOMIA

A região amazônica já padece dos impactos causados pelo que os cientistas consideram como “a maior seca da história”, potencialmente agravada pelo fenômeno El Niño que ocorre em intervalos de dois a sete anos, causando redução dos regimes de chuva e secas mais intensas em toda a região Norte do país.

Tal cenário, pode ser observado até nos grandes rios, tais como: Rio Negro, Rio Solimões, Rio Juruá, Rio Purus e o Rio Madeira que registram níveis abaixo das cotas mínimas históricas. Ainda segundo os estudiosos, existe uma previsão de que os impactos da seca na região podem se estender até o primeiro semestre de 2024.

O cenário é de extrema preocupação visto que na Amazônia as estradas são os rios. É através deles que ocorre a dinâmica da economia regional, uma vez que são responsáveis pela locomoção de pessoas, de mercadorias e abastecimento de água em regiões remotas.

Existe a preocupação de que a seca possa impactar sobre as vendas da Black Friday e Natal, pois a produção do Polo Industrial da Manaus é transportada via fluvial. Ademais, a seca dos rios na região impacta direta e indiretamente sobre o valor do frete e influência no tempo de entrega dos produtos.

O Polo Industrial de Manaus (PIM) é responsável por 100% da produção nacional de ar-condicionado, televisores, lavadoras de louça e micro-ondas e por 40 a 70% da produção de celulares, computadores, monitores de vídeo e inúmeros outros produtos eletroeletrônicos demandados pelos consumidores no período das compras de final de ano.

Medidas emergenciais, bem como a dragagem dos rios (para melhorar a navegabilidade) podem mitigar os efeitos e melhorar as condições de logística na região, mas não vão resolver o problema da seca que ocasiona impactos no âmbito econômico, social, material e ambiental. Acerca deste último, o impacto é observado sobre a população de peixes e botos que já aparecem mortos nos rios, possivelmente por falta de oxigênio e em decorrência do aumento da temperatura da água.

A qualificação do capital humano também está sendo impactada. Mesmo com a previsibilidade do regime de cheia e vazante na região já incluso no calendário escolar as aulas deste ano estão comprometidas por causa das dificuldades de locomoção dos docentes e discentes e pela falta de água potável, inclusive nos poços artesianos que secaram rapidamente.

Recentemente, Manaus foi classificada entre as três cidades do mundo com a pior qualidade do ar (World Air Quality Index), a população da capital tem sofrido com a fumaça oriunda das queimadas que ocorrem no perímetro da Região Metropolitana de Manaus (RMM), os efeitos têm sido observados a partir do aumento do número de atendimentos nos postos de saúde e problemas respiratórios.

Por fim, no Amazonas, quase todos os 62 municípios estão em estado de emergência de acordo com as autoridades estaduais. Para tanto, medidas como a antecipação do pagamento do Bolsa Família, do Benefício de Prestação Continuada (BPC), Pronaf e Seguro Defeso foram acionadas para mitigar os impactos socioeconômicos da seca.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento Regional, Docente do Departamento de Economia da UFAM, ex-vice-presidente do CORECON-AM.

Publicado em: 08.10.23. Disponível em: A seca e a economia - Portal Único (portalunico.com)

IMPACTOS DO CALOR SOBRE A ECONOMIA

Apesar do aquecimento das vendas de ar-condicionado, ventiladores, sorvetes e roupas de banho, as altas temperaturas devem interferir no desenvolvimento econômico dos países. A onda de calor eleva a preocupação acerca da economia, uma vez que provoca a desorganização na cadeia de suprimentos, aumento da demanda por produtos o que pode ocasionar inflação.

Além de problemas inflacionários e de abastecimento, as temperaturas extremas podem afetar o crescimento dos países fazendo-os crescer menos ou de forma mais lenta à curto e médio prazo. Em períodos de verão prolongado já foram registradas quedas de 15% a 25% no ritmo das economias.

O mercado de trabalho também sente a elevação da temperatura: trabalhadores que necessitem ficar expostos por muito tempo ao clima quente, tendem a reduzirem a sua produtividade ou mesmo sua jornada diária de trabalho, dada a fadiga e o cansaço.

Já em locais fechados, a mão de obra apresenta uma redução produtiva, aumento de problemas cardiovasculares, indisposição e fadiga o que também impacta na economia.

Em níveis elevados de temperatura, os números de mortes de pessoas de grupos mais vulneráveis, em especial idosos e crianças, apresentam crescimento de 5 mortes adicionais por 100.000 pessoas/dia, em que a temperatura registrada fica acima de 35°C.

O setor primário também sente o impacto do aumento da temperatura. No caso da agricultura, observa-se a queda na produtividade o que tende a impactar no preço do produto para o mercado e para o consumidor final.

Já em relação à agropecuária, no caso do Brasil, os possíveis impactos são ainda mais preocupantes, pois o agronegócio tem um peso de 23% sobre o PIB nacional e uma possível queda geraria impacto sobre várias cadeias produtivas.

O turismo também tende a ser prejudicado pelas temperaturas elevadas, pois a seca reduz o volume dos rios, afugenta os turistas, provoca queda no faturamento e, como consequência, necessita-se de uma menor quantidade de mão de obra, o que impacta sobre os indicadores de emprego.

O cenário de temperaturas elevadas também impacta no consumo de energia elétrica pois pessoas e empresas tendem a usarem mais o ar-condicionado e os ventiladores. Como consequência, pode-se registrar sobrecarga da rede de distribuição ou mesmo apagões que afetam a vida das pessoas, a produtividade e a economia.

A educação também é impactada pelo clima quente, uma vez que o calor interfere no processo de aprendizagem. Quanto maior a temperatura, menores são os índices de aprendizagem. Níveis baixos de aprendizagem comprometem o crescimento econômico no futuro.

Eventos climáticos como secas extremas, chuvas acima da média, ciclones, queimadas, tempestades, poluição do ar, tendem a afetar ou mesmo reduzir o crescimento

econômico a curto e médio prazo pois além de impactarem sobre a economia e o bem-estar social as altas temperaturas prejudicam a biodiversidade provocando alterações irreparáveis e perdas irreversíveis na fauna e flora.

Por fim, de acordo com o Relatório da Desigualdade Climática, países localizados em zonas tropicais e subtropicais sofrerão as maiores perdas econômicas e apresentarão PIBs menores, o que contribuirá para o agravamento da realidade socioeconômica de suas populações vulneráveis.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento Regional, Docente do Departamento de Economia da UFAM, ex-vice-presidente do CORECON-AM.

Publicado em: 15.10.23. Disponível em: Impactos do calor sobre a economia - Portal Único (portalunico.com)

UMA VISÃO ECONÔMICA SOBRE A PERDA DA BIODIVERSIDADE

A biodiversidade, via serviços ecossistêmicos, constitui fator primordial para a vida humana e é considerada elemento relevante para a manutenção da base física no que tange às atividades econômicas, sociais e culturais.

Apesar da humanidade ter ciência da relevância dos serviços ecossistêmicos, sua conservação, manutenção e recomposição é a cada dia mais ameaçada pela degradação ambiental e pela atividade humana.

O reconhecimento científico e a compreensão da importância dessas funções foi publicizado no documento intitulado: Avaliação Ecossistêmica do Milênio, lançado em 2005, com o apoio da Organização das Nações Unidas através do Secretário Geral, Kofi Annan. Tal documento analisou os principais ecossistemas mundiais e suas tendências e foi construído entre os anos de 2001 a 2005.

A Avaliação Ecossistêmica do Milênio definiu os serviços ecossistêmicos como serviços de suporte, necessários para produzir todos os outros serviços ambientais (formação dos solos e a ciclagem de nutrientes); serviços de provisão, que são os referentes a bens ou produtos extraídos dos ecossistemas (alimentos, água e produtos madeireiros e não madeireiros); serviços de regulação (como a regulação do clima, purificação da água e controle de pragas); e serviços culturais, que são os benefícios não materiais providos pelos ecossistemas (recreação, valores espirituais e religiosos) (MEA, 2005).

Ações vinculadas à degradação ambiental especialmente atividades predatórias e desmatamento impactam diretamente sobre o meio ambiente e causam perda da biodiversidade que por sua vez põe em risco os serviços ecossistêmicos.

A fumaça proveniente das queimadas provoca impactos diretos e indiretos sobre a saúde da população elevando o número de atendimentos nas unidades de saúde. Ademais, serviços ecossistêmicos são relevantes também quando falamos da disponibilidade de recursos hídricos e, neste caso, precisamos observar o impacto da atividade sobre a floresta nativa e nascentes hídricas.

No caso da Amazônia, problemas relacionados à baixa disponibilidade hídrica afeta a navegação, o tráfego de pessoa, de cargas, impacta sobre o escoamento produtivo, o turismo de natureza bem como todo o cenário macroeconômico regional.

A perda da biodiversidade e serviços sistêmicos tem efeito direto sobre a distribuição de renda uma vez que indivíduos mais vulneráveis tendem a depender mais da disponibilidade de recursos naturais. Além disso, habitam áreas consideradas de risco (encostas, beiras de corpos hídricos etc.).

Vale ressaltar que a proteção e conservação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos requer compromisso ativo do Estado e a necessidade de se pensar

urgentemente na transição para uma economia limpa e sustentável via política pública assertiva.

A teoria econômica dispõe de instrumentos para a gestão de recursos naturais (tributos ambientais, direitos transacionáveis de emissão e técnicas de valoração ambiental) que permitem o desenvolvimento de mecanismos de incentivo aos protetores de serviços sistêmicos através de sistema de pagamento por serviços ambientais e da identificação de fontes de financiamento.

Por fim, precisamos abandonar a falácia de que temos que escolher entre conservação ambiental e atividade econômica e começar a direcionar a economia para um cenário de desenvolvimento sustentável com o uso de mecanismos de mercado e foco nas atividades ligadas à uma Economia Verde mais inclusiva, que promova a geração de emprego e renda para a população mais vulnerável e preserve o meio ambiente.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento Regional, Docente do Departamento de Economia da UFAM, ex-vice-presidente do CORECON-AM.

Publicado em: 22.10.23. Disponível em: Uma visão econômica sobre a perda da biodiversidade - Portal Único (portalunico.com)

CONSUMO SUSTENTÁVEL E CONSCIENTE

Consumo sustentável é o ato de consumir com impacto reduzido, de forma diferente, sem excessos evitando ao máximo o desperdício para que haja o suficiente para suprir a demanda dos demais indivíduos. Além disso, contribui para a preservação do meio ambiente e ajuda a equilibrar as finanças pessoais.

O ano de 2022 é considerado o marco do consumo sustentável no Brasil. Neste ano registrou-se um aumento de 123% no quantitativo de brasileiros que se declararam consumidores de produtos sustentáveis e preocupados com o impacto do seu consumo sobre o meio ambiente.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente: o consumo sustentável é aquele que leva em conta, ao escolher os produtos ou serviços: o meio ambiente, a saúde humana, animal, relações justas de trabalho, além de questões como preços e marcas.

A prática realizada pelo consumidor no ato do seu consumo baseia-se em seis pilares ou perguntas: por que comprar? o que comprar? como comprar? de quem comprar? como usar e como descartar? (Instituto Akatu).

O consumidor consciente é um indivíduo que decide e entende que o ato de consumir um produto ou serviço faz parte de um contexto que envolve uma cadeia que tem o início na origem com a matéria-prima, passando pela produção, seguindo pelo uso e finalizando com o descarte correto ou um ciclo infinito de consumo.

O Instituto Akatu dispõe de algumas dicas para a prática do consumo consciente: I – Planeje suas compras; II – avalie os impactos do seu consumo; III – consuma apenas o necessário; IV – Reutilize produtos e embalagens; V – separe o seu lixo; VI – Use crédito conscientemente; VII – conheça e valorize as práticas de responsabilidade social das empresas; VIII – não compre produtos piratas ou contrabandeados; IX – contribua para a melhoria de produtos e serviços; X – divulgue o consumo consciente; XI – cobre dos políticos; e XII – reflita sobre os seus valores.

Quais as vantagens ou ganhos de se tornar um consumidor consciente? adquirir um orçamento saudável; diminuir gastos por impulso; evitar o acúmulo de produtos desnecessários em casa; menor impacto negativo socioambiental; apoiar empresas a serem mais responsáveis e saudáveis; participar de uma corrente na formação de produtos e serviços sustentáveis; apoiar a economia sustentável; diminuir a quantidade de lixo no planeta; aprender a reutilizar produtos e colaborar para frear o aquecimento global.

Por fim, o consumo consciente acarreta ganhos individuais e coletivos pois oportuniza o exercício da cidadania fazendo a diferença na sociedade em que se vive e serve de exemplo para as futuras gerações.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA, Economista, Doutora em Desenvolvimento Regional, Docente do Departamento de Economia da UFAM, ex-vice-presidente do

CORECON-AM.

Publicado em: 29.10.23. Disponível em: Consumo sustentável e consciente - Portal Único (portalunico.com)

POR UMA ECONOMIA DA FLORESTA EM PÉ

As inúmeras tentativas implementadas na Amazônia em busca de desenvolvimento são causadoras do que denominamos de "economia da destruição da natureza" e contribuíram de forma direta e indireta para desestimular uma economia regional endógena que promovesse o bem-estar social e a preservação ambiental.

Entende-se por economia da destruição da natureza, ações ligadas à: grilagem, agropecuária, mineração, comércio ilegal de madeira, desmatamento e queimadas. Na prática, tais atividades são pautadas pela violência e criminalidade, onde a população local é exposta à insegurança, agressões e condições de vida precária.

Tal cenário resulta em preocupantes indicadores de violência, vulnerabilidade socioeconômica e de impacto ambiental. Para tanto, existe um consenso entre os especialistas de que o dramático cenário amazônico demanda urgentemente por um modelo de desenvolvimento sustentável, inclusivo e equitativo que promova o bem-estar e preserva a floresta: a economia da floresta em pé.

Nosso país é detentor do maior volume de ativos naturais do planeta: 60% do bioma amazônico está no Brasil, com expressiva diversidade sociocultural e importância estratégica que ganhou ainda mais importância em tempos de mudança climática.

Neste novo contexto, países desenvolvidos e emergentes anseiam por acordos internacionais para a distribuição dos benefícios da biodiversidade e serviços ecossistêmicos tendo como foco a economia de baixo carbono onde a Amazônia é o centro do debate.

Muitos cientistas estão debruçados em buscar soluções para a economia amazônica e o direcionamento que temos é que precisamos de uma economia da biodiversidade florestal com foco na bioeconomia com potencialidade de valorizar os recursos naturais renováveis, os serviços ambientais bem como as inovações geradas com base na dinâmica da natureza e no conhecimento tradicional dos amazônidas (NOBRE, 2019).

Vislumbramos também uma alternativa com base nos negócios da floresta ou negócios socioambientais que na Amazônia são constituídos por empreendimentos comunitários (associações, cooperativas, centrais de cooperativa e mais seis categorias de empreendimentos).

A Amazônia tem potencial para suprir o país com seus recursos naturais, mas são necessárias novas referências para uma economia que planeje o futuro e veja o meio ambiente como potencial e não como empecilho.

O fortalecimento da economia da floresta com base na preservação bem como a potencialização de negócios ambientais, constituem ferramentas relevantes para o combate ao desmatamento e fomento da justiça socioeconômica na Amazônia com potencialidade de iniciar uma era de desenvolvimento e bem-estar para o povo da floresta.

Por fim, devemos ter ciência de que: a "Amazônia é solução e não problema".

MICHELE LINS ARACATY E SILVA é Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Mestra e Especialista em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). MBA em Gestão e Docência do Ensino Superior (UNICEL). MBA em Desenvolvimento Sustentável e Economia Circular (PUC/RS). Economista. Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). É do quadro de docentes do Departamento de Economia e Análise (DEA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Possui trabalhos publicados em capítulos e livros e em revistas na área de Desenvolvimento Regional e Sustentável, Amazônia, Novas Economias (Comportamental, Solidária, Criativa) Economia Social, Economia do Crime e Vulnerabilidade Social.

Obras de maiores destaques: Artigos e Reflexões Publicados no Portal Único, Vol. I, Identificação e Avaliação de Elementos para a Elaboração e Execução de Projetos de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas, Vol. I; Identificação e Análise das Percepções dos Moradores do Setor Noroeste em Brasília-DF; Economia da Floresta, Didática no Século XXI, Vol. III; Análise das Potencialidades Socioeconômicas do Estado do Amazonas; Finanças: Gestão Familiar sem Complicações; Arranjos Produtivos e Estratégias para o Aproveitamento Sustentável da Biodiversidade no Estado do Amazonas; Didática no Século XXI, Vol. II; O Legado dos 50 Anos do Conselho Regional de Economia do Amazonas (CORECON-AM) e sua Perspectiva para o Futuro; A Importância da Bioprospecção para o Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Legal: O Açaí com Base em Saccaro Junior; O Extrativismo da Piaçava (Leopoldinia Piassaba Wallace) no Município de Barcelos; Desenvolvimento Regional na Amazônia: Infraestrutura, Capital Humano, Renda e Trabalho; Sustentabilidade e Inovação na Amazônia: Perspectivas do Âmbito Científico para o Mundo; Riqueza, Desigualdade e Pobreza no Brasil: Aspectos Socioeconômicos das Regiões Brasileiras; A Questão Ambiental e a Sustentabilidade Amazônica: A RDS Mamirauá; Amazônia: Aspectos Singulares para o Desenvolvimento Regional; Tear Educacional Entrelaçando Conhecimentos; Prismas e Práxis: Artigos e Relatos sobre Educação e Amazônia: Desafios e Perspectivas para o Desenvolvimento Regional.

São dezenas de artigos publicados em revistas científicas, seis dezenas de capítulos de livro, inúmeros textos técnicos publicados em jornais/ revistas, dezenas de trabalhos completos e resumos expandidos publicados em anais de evento, dezenas de trabalhos apresentados em eventos científicos, dezenas de participações em programas de rádio e entrevista, centenas de participações em bancas de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado e orientações de projetos de iniciação cientifica.

É vice-coordenadora do Programa Atividade Curricular
de Extensão – PACE, Diálogos Econômicos que apresenta do programa “Economia em Debate”, rebatizado de “Economia em Ação” exibido semanalmente na TV Maskate. Atualmente, mudou para “Jaraqui com Economia”, em parceria com o Jornal do Commercio.

É coordenadora do Programa de Atividade Curricular de Extensão – PACE, Conexão Mulheres Economistas, exibido mensalmente através do Instagram do projeto.

Atua também como revisora dos seguintes periódicos: Revista Diálogos Organizacionais, Revista Científica da Faculdade Martha Falcão, Revista Brasileira

de Estudos Regionais e Urbanos; Revista de Humanidades Tecnologia e Cultura; Informe Gepec (ONLINE).

É membro da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural -SOBER e Coordenadora do GT 07 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Regional desta instituição.

Avaliadora do Prêmio Moacir Piffer de Iniciação Científica (MOPIC) da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, avaliadora do Prêmio Brasil de Economia do Conselho Federal de Economia – COFECON, Avaliadora dos trabalhos do evento da SOBER (anual) e do Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional – UNISC (bianual).

Recebeu menção honrosa pelos seguintes PIBIC': Riqueza, desigualdade e pobreza no brasil: o caso da região centro oeste brasileira; Pobreza do brasil: a situação da pobreza e desigualdade nas regiões sul e sudeste do brasil; Economia comportamental: aspectos singulares dos agentes na tomada de decisão.

Coordenou o Projeto "Juventude Empreendedora" por meio do programa institucional de bolsas de extensão (PIBEX), atuando nas escolas públicas estaduais com projeto de estímulo ao empreendedorismo entre os jovens estudantes.

Em 2018, foi escolhida "Docente do Ano da Universidade Federal do Amazonas – UFAM" pelo CORECON-AM Acadêmico.

É membro do Comitê Amazonas de Combate é Corrupção Eleitoral – MCCE, da Ordem dos Economistas do Brasil – OEB e do Fórum de Estudos Econômicos e Sociais para o Desenvolvimento Sustentável – FOCOS.

Atua como conselheira efetiva do CORECON-AM e representante do Conselho para atender às pautas de economia do Portal do Norte – SBT, Manhã de Notícias – Rede Tiradentes, Colaboradora da Coluna de Economia do Jornal do Commercio – JCAM e Colunista do Portal Único.

Em 2021, foi vice-presidente do Conselho Regional de Economia do Amazonas – CORECON/AM onde foi a responsável pela coordenação do XII Encontro das Entidades de Economistas da Amazônia Legal (XII – ENAM) e Organização da Obra: "O Legado dos 50 anos do Conselho Regional de Economia do Amazonas e sua Perspectivas para o Futuro" como parte das comemorações do Jubileu de Ouro da Entidade.

Foi também em 2021, que recebeu o convite para ingressar como membro da Câmara Brasileira de Cultura do Amazonas sendo agraciada pela "Cruz do Mérito da Economia" tornando-se Dama Comendadora.

Em 2022, foi eleita imortal e ocupante da cadeira n° 71 da Academia de Literatura, Arte e Cultura da Amazônia – ALACA. Neste mesmo ano, foi homenageada com o recebimento do Prêmio Cidade de Manaus. Em 2023, foi homenageada com o Prêmio Construindo o Amazonas.

http://lattes.cnpq.br/9852711626925841.

ARTIGOS E REFLEXÕES PUBLICADOS
NO PORTAL ÚNICO
VOL 2

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena Editora
Ano 2024

ARTIGOS E REFLEXÕES PUBLICADOS

NO PORTAL ÚNICO

VOL 2

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

@atenaeditora

www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena Editora

Ano 2024